



Jéssica Moraes Rosa

Etnoteorias parentais: a parentalidade em casais homoafetivos masculinos

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Luciana Fontes Pessôa

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2017



Jéssica Moraes Rosa

Etnoteorias parentais: a parentalidade em casais homoafetivos masculinos

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Luciana Fontes Pessoa

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Monah Winograd

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Deise Maria Leal Fernandes Mendes

Departamento de Psicologia – UERJ

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Jéssica Moraes Rosa

Graduou-se em Psicologia na Unifor (Universidade de Fortaleza) em 2012. Especializou-se em Terapia Analítico-Comportamental pela Unifor em 2016. Atualmente pesquisa a homoparentalidade sob o viés da psicologia do desenvolvimento. Participou de congressos na área da Psicologia, principalmente Análise do Comportamento.

Ficha Catalográfica

Rosa, Jéssica Moraes

Etnoteorias parentais : a parentalidade em casais homoafetivos masculinos / Jéssica Moraes Rosa ; orientadora: Luciana Fontes Pessôa. – 2017.

77 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2017.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Homoparentalidade. 3. Parentalidade. 4. Etnoteorias parentais. 5. Sistemas de cuidado parentais. 6. Metas de socialização. I. Pessôa, Luciana Fontes. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

Para meus pais, Rômulo e Claudiane,
minhas verdadeiras fontes de inspiração.

Agradecimentos

À Deus, por ter me permitido trilhar esse caminho ao lado de pessoas tão especiais, por ter sido refúgio e força nos momentos de dificuldade.

À minha orientadora Luciana Fontes Pessôa pelo estímulo, crença, apoio e parceria durante toda a construção desse trabalho. Obrigada pela confiança e por nunca ter deixado de acreditar em meu potencial.

À CAPES pelos auxílios concedidos, sem os quais não seria possível construir esse trabalho.

Aos membros da banca, que tão gentilmente aceitaram nosso convite.

Aos meus pais, meus heróis, por toda a dedicação, apoio, incentivo e amor.

À minha irmã Júlia, companheira de batalhas, mais uma vitória nossa.

Ao meu esposo Osvaldo, sem suas palavras de incentivo eu não conseguiria alcançar meus sonhos.

À Kylvia e ao Carlos, que tanto vibram com minhas conquistas.

Aos meus amigos de pós-graduação da PUC-Rio Babi, Ilana, Lucas, Fer, Clau, Beta, Pá, Renato e Denise, graças a vocês essa caminhada se tornou ainda mais leve e prazerosa.

Às minhas companheiras de vida Liana, Bárbara, Raíssa, Rianne, Rose e Lara, por constantemente afirmarem que sou seu orgulho. Essa conquista também é de vocês.

À Dandara, que com toda a paciência e delicadeza me ensinou.

À Normanda, que um dia me disse que eu era uma borboleta, nasci para alçar voos. Sempre busco me inspirar em você, Nor.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Psicologia, pelos ensinamentos e pela ajuda, em especial à Marcelina que sempre solícita tirou minhas dúvidas.

À todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da construção desse trabalho, obrigada.

Resumo

Rosa, Jéssica Moraes; Pessôa, Luciana Fontes. **Etnoteorias parentais: a parentalidade em casais homoafetivos masculinos**. Rio de Janeiro, 2017. 77p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Diante das inúmeras modificações sofridas ao longo da história, a sociedade ocidental deparou-se com o surgimento de novos modelos de configurações familiares, dentre eles as famílias homoparentais. Diante dessas transformações, a parentalidade surge para se repensar a família, indo além dos vínculos biológicos, considerando a importância do aspecto social nas funções parentais, principalmente no tocante às práticas educativas das crianças, referindo-se aos valores e crenças das pessoas responsáveis pela educação destes, que exercem o papel parental. O objetivo da presente pesquisa consistiu em investigar a valorização dos sistemas de cuidado parental, bem como das metas de socialização em homens cuidadores residentes da cidade do Rio de Janeiro, que estejam em relações homoafetivas e que possuam filhos com idade até 11 anos. A partir de uma entrevista semi-estruturada e da aplicação de um inventário de metas de socialização em 20 sujeitos, o presente estudo apontou para uma preferência pelo modelo autônomo-relacional quanto ao desenvolvimento do *self* dos filhos desses cuidadores, implicando a valorização tanto da independência da criança como das relações que ela estabelecerá com o social; além da valorização dos sistemas de cuidados parentais de contato corporal e contato face-a-face, ressaltando a importância do afeto na constituição dessas famílias.

Palavras-chave

Homoparentalidade; parentalidade; etnoteorias parentais; sistemas de cuidado parentais; metas de socialização.

Abstract

Rosa, Jéssica Moraes: Pessoa, Luciana Fontes (Advisor). **Parental ethnotheories: same-sex male couple's parenting**. Rio de Janeiro, 2017. 77p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In view of the countless transformations underwent throughout history, Western society has faced the emergence of new family configuration models, among them the homoparental families. On this matter, the concept *parenting* comes up to rethink the *family*, comprising beyond biological bonds, pointing out to the importance of social factors on parental roles, mostly in relation to children's education practices, regarding the parents' values and beliefs. This reaserch aims to investigate the appreciation in both parental care systems and the socialization goals set by male parents from Rio de Janeiro, who are currently in a same-sex relationship and who have children under 11 years old. Based on a semi-structured interview as well as on the application of an inventory containing socialization goals, both conducted on 20 subjects, the present study has pointed out to their preferring of the autonomous-relational model regarding the development of their children's self, implying the valorization of both the independence of the child and the relations that he will establish with the social; besides the appreciation of parental care systems which comprise body and face-to-face contact, highlighting the importance of affection in the constitution of these families.

Keywords

Homoparenting; parenting; parental ethnotheories; parental care systems; socialization goals.

Sumário

1. Introdução	11
2. Família: uma breve construção histórica	14
2.1 As famílias homoparentais	18
3. Construção histórica da homoafetividade	22
4. Homoparentalidade: uma revisão de literatura	26
4.1 O contexto internacional: uma breve análise	27
4.2 O contexto nacional: uma breve análise do cenário brasileiro	28
5. Parentalidade masculina: concepção de gênero <i>versus</i> construção social	35
5.1 Gêneros e os papéis sociais: aspectos biológicos e sua influência na parentalidade	36
5.2 Parentalidade: etnoteorias e sistemas parentais	38
6. Objetivo	42
7. Método	42
8. Resultados e discussão	48
9. Percepções/impressões da pesquisadora	62
10. Considerações finais	63
11. Referências bibliográficas	66
12. Anexos	71

Lista de Tabela e Figuras

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos participantes da pesquisa	43
Figura 1 – Média nas escalas de socialização para autonomia e relação	49
Figura 2 – Média de valorização dos cinco sistemas de cuidado parental	52

Consideramos justa toda forma de amor.

Lulu Santos, *Toda forma de amor*

1

Introdução

Historicamente, as configurações familiares sofreram inúmeras mudanças, não apenas em sua estrutura, mas principalmente, na compreensão social que se tem delas. Alguns autores caracterizam essas mudanças como adaptações às transformações sociais (POSTER, 1978; WAGNER et. al., 2011). Atualmente, figura no plano social diversos modelos de configurações familiares, como as famílias pluriparentais, monoparentais, homoafetivas, reconstruídas ou recassadas, dentre outras (UZIEL, 2007; DESSEN, 2010).

A família deve ser compreendida a partir dos múltiplos fatores e eventos internos e externos que a influenciam, possibilitando mudanças em função dos contextos culturais, sociais e históricos nos quais ela se encontra inserida (DESSSEN, 2010).

Apesar dos novos modelos familiares, a parentalidade homoafetiva ainda gera um estranhamento, perpassando na sociedade a compreensão da negação da paternidade por se tratar de parceiros do mesmo sexo, impedidos biologicamente, como casal, de gerar descendentes. Apesar disso, estamos nos distanciando do estereótipo parental que assimila à mulher o instinto materno e ao homem o papel provedor, pois o feminino e o masculino estão, cada vez mais, afastando-se de uma concepção natural para uma concepção resultante da relação com o outro, que lhe atribui um gênero socialmente construído (VILHENA et. al., 2011).

A homoparentalidade caracteriza-se como o exercício da parentalidade por duas pessoas do mesmo sexo, ou ainda, por uma pessoa que se considera homossexual (AMAZONAS; VERÍSSIMO & LOURENÇO, 2013; ARÁN, 2011; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN & SANTOS, 2013; UZIEL, 2007; ZAMBRANO, 2006), e é possível em casos de adoção, inseminação artificial, coparentalidade e recomposição.

Na presente pesquisa adotaremos o termo “homoafetividade” e “homoerotismo” para nos referirmos ao relacionamento afetivo-sexual entre pessoas do mesmo gênero, embora surjam os termos homossexualidade e homossexuais quando referirmos estudos extraídos da literatura da área.

Cabe ressaltar que, mesmo diante das diversas mudanças que constituem os novos modelos de ser família, como a não necessidade de um homem e uma mulher em sua constituição, esta permanece caracterizada como a unidade básica de convivência, composta de relacionamentos afetivos, garantindo a reprodução e o cuidado dos filhos (CASTRO et. al., 2012).

Para a psicologia evolucionista, o comportamento parental foi selecionado por possuir como função garantir a sobrevivência da espécie (MANFROI; MACARINE & VIEIRA, 2011). De acordo com Keller (2009) os seres humanos apresentam uma predisposição para cuidar e estabelecer relações sociais, evidenciando uma tendência comportamental humana para cuidar e interagir com os bebês.

Assim, a parentalidade é composta por sistemas moldados pelas experiências interacionais dos cuidadores e, além disso, a cultura exerce uma forte influência por definir o que é considerado bom ou ruim para a criança. A parentalidade surge, portanto, como opção de substituição do termo família e permite uma simetria entre as figuras paterna e materna por não discriminar as funções exercidas por cada um. Diante das novas configurações familiares, a parentalidade nasce para dar conta das relações instituídas, a partir desses novos laços construídos (TAPERMAN, 2011).

Dessa forma, sua compreensão vai além de um produto do parentesco biológico, pois ela é, principalmente, constituída por um aspecto social, que rege as práticas educativas das crianças, exercidas por pessoas, não necessariamente, biologicamente vinculadas a estas. A parentalidade, portanto, diz respeito aos valores e crenças das pessoas responsáveis pela transmissão da educação (TUDGE & FREITAS, 2012).

Este conjunto de ideias, valores e crenças dos cuidadores em relação aos filhos é denominado etnoteorias parentais (HARKNESS & SUPER, 2006; MANFROI; MACARINE & VIEIRA, 2011). São essas etnoteorias que regem a valorização de certos sistemas de cuidados parentais em detrimentos de outros, assim como da preferência de aspectos como independência ou inter-relação no desenvolvimento do *self* dos filhos.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral investigar a valorização dos sistemas de cuidado parental, bem como das metas de socialização em homens cuidadores residentes da cidade do Rio de Janeiro, que estejam em relações

homoafetivas e que possuam filhos com idade até 11 anos; a partir da aplicação de um inventário que investiga as metas de socialização, bem como a realização de uma entrevista semi-estruturada que atribui valores a cada um dos sistemas parentais.

2

Família: uma breve construção histórica

Ao estudarmos a história da família, enfatizando as famílias ocidentais, concluímos que estas sofreram modificações ou adaptações às mudanças sociais. (POSTER, 1978; WAGNER et al., 2011). A família deve ser compreendida como parte de uma elaboração ideológica e social, portanto, não é possível defini-la a partir de características universais, que a reduzem a uma instituição delimitada, não levando em consideração o local e o tempo em que se encontra inserida (DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX, 1996).

Em 2016, o dicionário Houaiss alterou a definição do verbete família para “núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantém entre si relação solidária”. Segundo o dicionário priberam (2003-2013), família significa “o conjunto de parentes de uma pessoa, e, principalmente, dos que moram com ela; conjunto formado pelos pais e pelos filhos; conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes; conjunto de pessoas que têm um ancestral comum; conjunto de pessoas que vivem na mesma casa”.

Devemos considerar o termo família não no singular e sim no plural, uma vez que encontramos-nos inseridos em uma diversidade social do conceito de família. Não é possível buscar uma definição geral de família, uma vez que ela não pode ser generalizada, afinal existem tipos históricos específicos de associações familiares.

Nos primórdios da humanidade não havia uma cisão entre o meio social e a família, o público não se distinguia do privado e assim o grupo relacionava-se de forma solidária e partilhada. As famílias possuíam uma estrutura protofamiliar, cuja figura central era a mãe, mais valorizada socialmente por sua capacidade de gerar vida (LYRA et. al., 2010).

Segundo Muraro e Boff (2002), há cerca de 30 mil anos, as mulheres eram as principais produtoras de cultura, tratava-se de uma época onde estas detinham a hegemonia política, organizando a sociedade e valorizando a harmonia.

As mudanças ambientais fomentaram a necessidade de caçar e lutar em defesa de territórios e alimentos. A força física tornou-se fundamental para a sobrevivência,

consagrando a hegemonia masculina. Com o surgimento das cidades, do comércio e das propriedades, o poder masculino, representado pela força, ganhou ênfase ao garantir posses (LYRA et al., 2010).

Com a descoberta da função reprodutiva do homem e, portanto, da paternidade, pelos membros das sociedades, estas, que eram matrilineares, tornaram-se patrilineares (LYRA et al., 2010). Por volta de 2000 a.C., data-se o surgimento do patriarcalismo que possui como base o machismo e a ditadura cultural do masculinismo. Tem-se, então, a mulher dominada pelo homem e, portanto, uma estrutura de dominação e hierarquização de relações de gênero e de poder (MURARO & BOFF, 2002). Os homens passaram a controlar as mulheres, inclusive no tocante à sua sexualidade, temos o surgimento da “família monogâmica e patriarcal, como meio de assegurar a transmissão da herança a filhos de paternidade incontestável” (LYRA et al., 2010, p. 81).

A necessidade de novas forças de trabalho para garantir a sobrevivência da família estimulou não apenas a procriação, mas também o aumento dos cuidados com os filhos, que tendiam a morrer com facilidade em decorrência de pragas e pestes (ARIÈS, 1976). A diminuição da mortalidade infantil garantiu à criança um lugar dentro da estrutura familiar, cabendo à mulher assegurar o cuidado e criação dessa criança, tem-se então, a função materna. Aos homens cabia o espaço público, garantindo o sustento e a segurança da família (LYRA et al., 2010).

Poster, em seu livro ‘Teoria Crítica da Família’ (1978), divide historicamente as famílias em quatro principais grupos: a família burguesa, datada do Séc. XIX; a família aristocrática do Séc. XVI e XVII; a família camponesa pertencente ao Séc. XVI e Séc. XVII e por fim a Classe Trabalhadora, existente no período da Revolução Industrial. Cada uma destas com características próprias, suficientemente fortes para defini-las, e que nos permitem compreender as mudanças evolutivas familiares que antecederam as atuais.

À família aristocrática é atribuído o pouco valor dado à privacidade, bem como à domesticidade, amor romântico e relação íntima com as crianças. A estas não eram direcionados zelos, portanto, não se preocupavam com cuidados maternos (POSTER, 1978).

As famílias camponesas tinham por unidade básica a aldeia, entre seus membros eram compartilhadas as relações conjugais, bem como as relações entre pais e filhos, não existindo a privacidade (POSTER, 1978).

Quanto à classe trabalhadora, famílias da fase inicial da industrialização, viviam em condições extremamente precárias. Para garantir a sobrevivência todos os membros da família (pais e filhos) deveriam trabalhar, cabendo às mulheres não apenas cuidar das questões domésticas, mas também exercer atividades laborais nas fábricas (POSTER, 1978).

A família burguesa, ou família nuclear burguesa, apresenta-se como o modelo tradicional de família nas sociedades patriarcais, sendo esta dominante na sociedade capitalista. Tratava-se de uma estrutura familiar privada e autônoma, separada da sociedade, onde o lar é um espaço de lazer, na qual os pais exercem uma relação de poder com os filhos, sendo o marido a figura de maior autoridade da casa, e a mãe aquela que exerce um papel de cuidadora dos filhos e do lar (POSTER, 1978).

Dessen (2010) discute as modificações na estrutura familiar brasileira. Segundo a autora, durante as décadas de 1920 a 1940, as famílias nucleares caracterizavam-se pela presença de muitos filhos e pela hierarquização presente na relação de seus membros, garantindo uma divisão clara de tarefas em função do gênero.

Em 1950, houve uma diminuição no número de descendentes, uma média de 3 a 4 filhos. As famílias dessa década prezavam o espaço privado e o individualismo e caracterizavam-se por possuir em seu arranjo as figuras do pai, mãe e filhos obedientes ao pai. As mulheres, ainda que possuíssem como papel a maternidade, o cuidado da casa e a educação dos filhos, passaram a atuar no plano social através de movimentos feministas. Durante esse período as mães começaram a trabalhar fora do lar, exercendo atividades voltadas para o cuidado e educação de terceiros (DESSEN, 2010).

Ainda de acordo com Dessen (2010), o final dos anos 1960, e os anos 1970 e 1980 foram marcados por relações mais igualitárias entre marido e mulher, e entre eles e seus filhos. Houve uma redução na quantidade filhos, em decorrência, principalmente do surgimento e difusão das pílulas anticoncepcionais, do papel ativo da mulher no mercado de trabalho e da regulamentação do divórcio. As mulheres conquistaram espaço no contexto social, político e econômico. Além disso, os movimentos sociais em prol das minorias (mulheres, homossexuais, negros e etc) inauguraram transformações

na vida social e privada. Na década de 1980, essas mudanças sociais deram início à *crise da autoridade* na família.

Segundo Dessen (2010), com o aumento nos índices de divórcio, nos anos de 1990, novas configurações familiares foram surgindo e se organizando na ausência de um dos pais, gerando, algumas vezes, novos arranjos, como os recasamentos.

No Brasil, a Constituição de 1988 reconhece, no Art. 1723; Livro IV; Título III, como entidade familiar, a união estável entre um homem e uma mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. O IBGE a define como o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa” (2000).

Em setembro de 2015, uma comissão especial criada por deputados discutiu e aprovou o Estatuto da família, projeto este que define a família como a união entre homem e mulher. Portanto, ainda encontramos o patriarcalismo no imaginário social (PASSOS, 2005). A ideia do casamento heterossexual, monogâmico e que gera descendentes como o modelo tradicional de família figura-se como norma, servindo como referência para as demais configurações familiares, inclusive, nas funções destinadas aos papéis parentais de pai e mãe (PASSOS, 2005; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN & SANTOS, 2013).

Pensar as novas possibilidades de família nos permite romper com a crença de universalidade desta, que enfatiza um modelo único e natural. As novas composições familiares deverão ser entendidas como um reflexo das transformações sociais, ampliando não apenas o conceito de família, mas também suas implicações na sociedade (WAGNER et. al., 2011).

Segundo Dessen (2010), devemos compreender a família a partir dos múltiplos fatores e eventos internos e externos que a influenciam e garantem mudanças em função dos contextos culturais, sociais e históricos nos quais ela se encontra inserida. Portanto, trata-se de um sistema complexo, constituído por construções sociais e reconhecida pelo Estado (BOURDIER, 1994; ARÁN, 2011; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN & SANTOS, 2013). Hoje temos como exemplo de novas configurações familiares as famílias monoparentais, pluriparentais, homoafetivas, reconstruídas ou recasadas, dentre outras (UZIEL, 2007; DESSEN, 2010).

As famílias monoparentais caracterizam-se pela criação da criança por um dos pais sem um companheiro; as famílias pluriparentais ou recompostas resultam, principalmente, de divórcios e separações, que trazem à tona a distinção entre a concepção, de ordem biológica, e a filiação de ordem social; e por fim, as famílias homoparentais. Essas ainda despertam na população um estranhamento, apesar de ser um movimento que vem ganhando espaço nos últimos anos (UZIEL, 2007).

A principal mudança percebida entre as configurações familiares da atualidade e as famílias que as precederam, é a nuclearização da família. Houve uma transição da família extensa para a nuclear. Ou seja, ainda nas famílias atuais há uma nuclearidade, porém a figura central, em muitas dessas famílias, não é mais representada pela figura do pai e sim pela mãe. Além disso, houve um aumento na idade do casamento, explicado, sobretudo, pelo maior tempo direcionado à conclusão dos estudos e pelo custo financeiro direcionado à criação de uma família. Outras características apontadas pelos autores são: aumento nas taxas de divórcio; e a diminuição no número de filhos (CASTRO et al., 2012).

Diante desses novos modelos de famílias ocidentais e suas características próprias, o “sistema patriarcal”, que rege as famílias nucleares, ainda permanece no imaginário social, influenciando o surgimento de pré-conceitos, principalmente no tocante as famílias homoparentais, uma vez que esta “destitui um princípio fundamental na constituição do grupo familiar: a diferenciação sexual” (PASSOS, 2005, p. 32).

O desejo de constituir uma família perpassa por todas as configurações familiares. Atualmente, os avanços da tecnologia e as novas legislações possibilitam o acesso à parentalidade para aqueles que são impedidos de, biologicamente, gerar descendentes, sejam por tecnologias reprodutivas ou pela adoção. Ser pai e mãe, na atualidade, independe do casamento, ou até mesmo da união (UZIEL, 2007).

2.1 As famílias homoparentais

Os papéis que exercemos são culturalmente predefinidos determinando nossa maneira de ser e agir (BOURDIER, 1999; FERNANDES, 2010). Dessa forma, as características biológicas são definidoras de papéis. A parentalidade gay gera um estranhamento, por existir uma compreensão social que resulta na ideia de negação da paternidade em função da escolha de parcerias do mesmo sexo. Apesar disso, estamos

nos distanciando do estereótipo parental que assimila à mulher o instinto materno e ao homem o papel provedor, pois o feminino e o masculino estão, cada vez mais, afastando-se de uma concepção natural para uma concepção resultante da relação com o outro, que lhe atribui um gênero socialmente construído (VILHENA et. al., 2011).

O termo homoparentalidade foi originado na França, no ano de 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), e deve ser compreendida como o exercício da parentalidade por duas pessoas do mesmo sexo ou, ainda, por uma pessoa que se considera homossexual (AMAZONAS; VERÍSSIMO & LOURENÇO, 2013; ARÁN, 2011; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN & SANTOS, 2013; UZIEL, 2007; ZAMBRANO, 2006). O termo surgiu para nomear uma nova configuração familiar que, assim como as famílias monoparentais, pluriparentais, reconstituídas e outras (DESSEN, 2010; UZIEL, 2007), distanciam-se da família nuclear burguesa que é, ainda hoje, considerada o modelo “natural” de família nas sociedades ocidentais (ARÁN, 2011).

Durante a década de 1960, com o desenvolvimento dos métodos contraceptivos hormonais e com a epidemia da Aids na década de 1980, a sexualidade e a reprodução biológica foram desassociadas, permitindo novas investigações sobre os sistemas de práticas e representações sociais ligadas à sexualidade. Além disso, os movimentos sociais feministas e de “liberação homossexual” possibilitaram um impulso expressivo nos estudos sobre sexualidade (HEILBORN, 1999).

No ano de 2011 as uniões homoafetivas ganharam espaço nos embates sociais brasileiros, garantindo a conquista de direitos e deveres como o de constituir família, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconhecendo a união estável entre parceiros do mesmo sexo. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma resolução que obriga os cartórios a celebrarem o casamento civil homoafetivo ou, ainda, converter a união estável entre pessoas do mesmo sexo em casamento. Segundo o Censo do IBGE de 2010 existem 60 mil famílias homoafetivas no cenário brasileiro.

Quanto à parentalidade, Tarnovski (2013) afirma que o caráter social de parentesco, no que se refere à paternidade, deve ser compreendido a partir da ideia de um ato voluntário de “reconhecimento”, onde a altivez da paternidade trata-se, na

verdade, de uma tradução jurídica. Em contrapartida, a maternidade é tida como automática, ligada diretamente à geração e ao parto. Portanto, tornar-se pai está relacionado ao reconhecimento do sujeito nesse papel e tornar-se mãe ao papel de dar à luz, à exceção dos casos de adoção.

Para Amazonas, Veríssimo e Lourenço (2013), o desejo de ter filhos por parte dos homossexuais pode ser compreendido como um desejo de normalização, submetendo-se às representações sociais vigentes. A homoparentalidade é possível em casos de adoção; uso de tecnologias reprodutivas; coparentalidade, onde um dos membros do casal homoafetivo gera um filho com um homem ou uma mulher, não necessariamente homossexual; e a recomposição, onde os filhos são frutos de relações heterossexuais anteriores. Em todas essas possibilidades de composições familiares há a participação de um terceiro mediando o desejo de conceber um filho (PASSOS, 2005).

Em uma pesquisa realizada por Féres-Carneiro (1999) com pessoas em relações conjugais heterossexuais e homossexuais, verificou-se que a maioria dos gays entrevistados não apresentava o desejo de ter filhos e entre os que se manifestaram a favor desse desejo, a adoção surgiu como opção cabível. Segundo Zambrano (2006), a parentalidade mais recorrida pelos homens que se encontram em união homoafetiva é a adoção, enaltecendo a importância, para estes, dos laços sociais e afetivos.

Sabemos que as construções simbólicas atuam em uma relação especular, inclusive no tocante à família, de forma que o discurso social proferido a esta reflete em todos os arranjos familiares como um espelho. Em contrapartida, cada família, ao absorver o que foi dito a seu respeito, devolve ao mundo sua imagem, carregada de singularidade das experiências vividas (SARTI, 2010). Dessa forma, são construídos mitos e crenças sociais que refletem nessas famílias, inclusive nas famílias homoparentais. Mitos estes que influenciam na maneira como a sociedade em geral as compreendem.

Zambrano (2006) apresenta o termo homoparentalidade como alvo de muitos questionamentos, pois este associa diretamente a orientação sexual dos pais aos cuidados dos filhos. Essa dissertação compartilha da mesma compreensão quanto ao termo citado, porém fará uso deste com o objetivo didático de debater sobre as famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo e seus filhos.

Pensar a homoparentalidade exige compreender a homoafetividade e sua construção histórica, uma vez que diante dos diversos estudos que surgem para romper com o pré-conceito perante as novas configurações familiares, em especial as famílias homoparentais, ainda vigora um estranhamento social causado por estas.

3

Construção histórica da homoafetividade

De acordo com Lira, Morais e Boris (2016), objetivando a não utilização de conotações preconceituosas quanto às relações de pessoas do mesmo gênero, pesquisadores, teóricos e juristas discutem sobre o uso de terminologias que melhor se adequem para nomear este modelo de relação afetiva. Ao longo da presente pesquisa utiliza-se, preferencialmente, o vocábulo homoafetividade ao referir-se às relações entre pessoas do mesmo gênero, embora surjam os termos homossexualidade, homossexuais e homoerotismo quando citados estudos extraídos da literatura da área.

O termo homoafetividade busca enfatizar os aspectos afetivos presentes nas relações entre os indivíduos do mesmo gênero, buscando minimizar possíveis preconceitos referentes às questões que se relacionam com a sexualidade (AMAZONAS, VERÍSSIMO & LOURENÇO, 2013). Por essa descrição, optou-se pela utilização desse termo às relações.

Já o termo homoerótico ou homoerotismo apresenta-se mais flexível ao descrever “a pluralidade das práticas ou desejos dos homens *same-sex oriented*” (Costa, 1992, p.21). Portanto, também é utilizado ao longo da pesquisa buscando substituir a terminologia homossexualidade.

Assim como as configurações familiares, pensar a sexualidade e as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo gênero depende do momento histórico, bem como dos valores e costumes de cada sociedade. Assim, a concepção de cada cultura dita regras quanto à sexualidade de cada sujeito, influenciando não apenas sua forma de lidar com ela, mas também a crença de como os outros deveriam se portar frente ao tema (FARIAS, 2010).

Segundo Foucault (1989), devemos compreender a sexualidade como parte de um sistema de regulação social, pois somos regidos por mecanismos de saber e poder. Dessa forma, tornou-se parte do processo de subjetivação, a necessidade de coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, tornando-o obrigatório e universal. Ser homem ou ser mulher também deve ser compreendido como uma construção cultural. Portanto, resulta de normas que compõem as práticas culturais e regulam nossos corpos, ao invés de fazer parte de uma identidade já estabelecida (VILHENA et. al., 2011).

Em seus estudos Uziel (2007) afirma que a sexualidade passou por três momentos significativos e históricos, que definem o seu desenvolvimento. No século 1 d.C., o sexo era regularizado pelo casamento, nos séculos XII e XIII, a incorporação das discussões a respeito da vida sexual dos casais era entendida não apenas como exercício intelectual, mas também como prática de controle moral; nos séculos XVIII e XIX, a sexualidade era tida como “normal” quando exercida com o outro sexo. Segunda a autora, hoje, a sexualidade está relacionada à identidade pessoal, tratando de uma conexão entre corpo, identidade e normas sociais, que possui uma importância social, política e moral. Daí a ligação e a compreensão da homossexualidade com o âmbito patológico, médico e jurídico. Se o “normal” era a sexualidade com o outro sexo, que possibilitava a procriação, aqueles que se relacionavam sexualmente com parceiros do mesmo gênero assumiam uma postura anormal inclusive por “escolherem” não ter filhos.

Os primeiros relatos de relações sexuais entre pessoas do mesmo gênero surgiram por volta da terceira dinastia egípcia, 2.500 anos a. C. (PALMA & LEVANDOWSKI, 2008). O homoerotismo apresenta suas práticas a partir da Grécia antiga onde os superiores do exército estimulavam os soldados a manterem relações sexuais entre si. Trata-se de um efeito psicológico, pois durante as batalhas buscavam defender e não abandonar os amantes. A prática sexual realizada entre homens era chamada de “pederastia” e constituída por um homem maduro, denominado “erastes” e um adolescente chamado “eromenos”. Quando o “eromenos” atingia a maturidade, a relação erótica entre eles deveria acabar, caso contrário, seria desaprovada. Segundo Teófilo (2003), tratava-se de uma “pedagogia homossexual” (p. 24), pois se aprendia a virilidade pelo viés da homossexualidade.

Nas sociedades romanas, ainda que também existisse uma “pedagogia homossexual”, distinguia-se da grega, pois não era permitido a um jovem livre manter-se na posição de passivo, como é o caso dos “eromenos”. Estes tinham de ser ativos e penetrantes, afirmando sua virilidade a partir da quantidade de indivíduos penetrados, mulheres ou homens escravos. Sendo assim, os romanos menos viris eram desprezados, sendo colocados à margem da sociedade. De acordo com Naphy (2006, apud FARIAS, 2010), para as civilizações e religiões da Antiguidade, não monoteístas, não importavam as relações entre pessoas do mesmo sexo e sim as posturas assumidas, ativa ou passiva, seja no âmbito social ou na relação, independentemente de sua orientação sexual.

A marginalização dos sujeitos homoeróticos passivos possibilitou o início de uma discriminação social, que originou a perseguição desses sujeitos pelos inquisidores medievais, até a patologização da homossexualidade no Século XX (FOUCAULT, 1989). Durante a Idade Média, o homoerotismo era visto como um comportamento ilícito e imoral, passivo de punição (TEÓFILO, 2003). A prática sexual deveria ter como objetivo único à procriação, censurando qualquer ato contrário, como o incesto, a masturbação e a homossexualidade. Dessa forma a heterossexualidade tornou-se a única opção válida (FARIAS, 2010).

Durante os séculos XVII e XVIII, com o surgimento do Racionalismo, as explicações religiosas deram espaço às científicas. O médico assume uma postura de orientador dos comportamentos adequados à saúde, tanto no ambiente público quanto no privado. A partir do século XIX, a sexualidade classificou-se entre normal, quando tem como objetivo único a procriação; e perversa, representando os atos que visam o prazer. A heterossexualidade ganha o caráter de normalidade e é, portanto, esperado socialmente, enquanto a homossexualidade é considerada anormal (FARIAS, 2010).

O termo “homossexualismo”, consolidado no contexto da medicina científica, tem o sufixo “ismo” a indicar que se concebia a homossexualidade como uma condição anômala, um desvio da normativa sexual (FOUCAULT, 1989). Porém, estudos científicos da segunda metade do século XX mostraram que a homossexualidade não deveria ser compreendida como doença, distúrbio ou perversão, ou ainda como desvio ou transtorno sexual. Durante a década de 1970, com os movimentos de liberação gay, a homossexualidade passou a ser reconhecida como orientação sexual (FARIAS, 2010). Somente em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria, através do DSM-III, excluiu a homossexualidade como uma categoria patológica (NUCCI; RUSSO, 2009). No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, em 1999, ratificou a normalidade da homossexualidade, condenando teorias homofóbicas, além de técnicas terapêuticas que buscassem a “conversão” à heterossexualidade.

Substituir o termo “homossexualismo” por “homossexualidade”, cujo sufixo “dade” indica “modo de ser”, representa uma mudança significativa da compreensão social quanto a este tema (FARIAS, 2010). Outra alteração expressiva foi o uso do termo “homoafetividade”. Este permite compreender e enfatizar os aspectos afetivos da

relação entre pessoas do mesmo sexo, ajudando a diminuir o preconceito (AMAZONAS; VERÍSSIMO & LOURENÇO, 2013).

As representações sociais da homoafetividade correspondem a uma construção histórica, perpassadas por inúmeros momentos e movimentos que influenciaram e influenciam até hoje a forma de pensar a homossexualidade, e, por consequência, a homoparentalidade.

4

Homoparentalidade: uma revisão da literatura

Com objetivo de investigar e analisar de forma crítica os trabalhos nacionais publicados cujos temas abordavam a homoparentalidade foi realizada uma revisão de literatura que abrangeu não apenas estudos publicados no Brasil, mas também estudos internacionais, gerando um paralelo entre eles. Buscamos comparar, principalmente, a quantidade de publicações presentes em ambos os cenários, com o intuito de apontar a necessidade de novas pesquisas nacionais.

. Este tipo de estudo possibilita o delineamento de um perfil dessas pesquisas, permitindo a identificação de lacunas, além da necessidade de investigações mais aprofundadas dessas temáticas (SANTOS; SCORSOLINI-COMIN & SANTOS, 2013).

As famílias homoparentais têm ganhado maior visibilidade, tanto no contexto internacional quanto no nacional, o que influencia o aumento no volume de estudos e pesquisas referentes a elas (GATO & FONTAINE, 2014). O que demanda uma análise crítica destas.

Bases Indexadoras: Foi realizada uma busca sistemática nos indexadores eletrônicos: portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES (<http://periodicos.capes.gov.br>) e portal da Base Virtual em Saúde (<http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php>).

Utilizamos como descritores as seguintes palavra localizadas no BVS psi: homossexualismo, homoparentalidade, famílias homoafetivas e parentalidade, o último descritor foi utilizado associado ao termo homossexualismo através do operador booleano “e”. E em inglês, os seus correlativos: *homosexuality*, *homosexual parenting* e *parenthood*. Baseamo-nos no texto de Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2013) ao utilizarmos o termo citado: *homosexual parenting*. Segundo esses autores, o termo é o que mais se assemelha ao termo homoparentalidade.

Critérios de inclusão: Uma vez identificados os artigos e seus respectivos resumos, usamos como critério de inclusão: (1) artigos indexados; (2) publicados no período de janeiro de 2005 a maio de 2016; (3) temática correspondente ao objetivo de estudo desse trabalho. Ao optar por esses critérios, garantimos o uso de periódicos que, ao serem publicados, submeteram-se a um rigoroso processo de seleção, na tentativa de maximizar a qualidade do manuscrito. Além disso, trata-se de publicações recentes e, portanto, mais fidedignas à realidade social atual, pois se optou por selecionar os

periódicos dos últimos dez anos. Aos textos internacionais utilizamos como critérios tratar-se de artigos indexados, publicados no mesmo período dos artigos nacionais e com temática correspondente ao presente estudo.

Critérios de exclusão: Todos os artigos que não apresentavam os critérios acima apontados foram excluídos do estudo. Além disso, optou-se pela não utilização de teses, dissertações, livros, capítulos de livro, notícias, resenhas e cartas.

Procedimento: O levantamento dos dados através da busca bibliográfica foi realizado em maio de 2016. Foi efetuada a busca no indexador eletrônico a partir das palavras-chaves citadas: homossexualidade, homoparentalidade, famílias homoafetivas e parentalidade e seus correlativos em inglês. Com esses procedimentos, identificou-se 911 resumos nacionais e 35.953 internacionais. Cabe ressaltar que muitos destes foram encontrados mais de uma vez nas bases indexadoras, o que indica um número menor de estudos na área. Inicialmente os resumos brasileiros encontrados foram lidos, objetivando, a partir dos critérios de inclusão e exclusão instituídos, selecionar àqueles que correspondiam ao objetivo do trabalho. Uma vez selecionado, os artigos foram recuperados na íntegra, lidos e examinados, possibilitando uma nova seleção de acordo com sua proximidade ao tema homoparentalidade no Brasil. De todos os resumos localizados, selecionamos oito que estavam de acordo com os critérios, além de serem condizentes à temática pesquisada. Dessa forma, artigos que abrangiam a homossexualidade, porém não tinham como objetivo a investigação da parentalidade não foram inclusos no trabalho.

4.1 O contexto internacional: uma breve análise

Na busca a partir dos descritores em inglês: *homosexuality*, *homosexual parenting* e *parenthood*, localizamos 28.559 publicações que continham artigos, teses, dissertações, notícias, dentre outros. Por não se tratar do objetivo principal desse trabalho, uma vez que este busca analisar as pesquisas sobre a homoparentalidade no contexto brasileiro, não nos detivemos a uma investigação esmiuçada. A finalidade ao realizar esta busca era apontar a vasta quantidade de pesquisas na área no cenário internacional em comparação às pesquisas brasileiras, além de explicitar alguns dos principais focos de estudos realizados por esses pesquisadores.

Das publicações localizadas, 20% associavam a homossexualidade a referências médicas, como a investigação do vírus HIV ou de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST), transtornos relacionados ao uso de substâncias, estresse

psicológico e suicídio. Além de, alguns, buscarem apontar sua possível cura ou, ainda, sua causa, como, por exemplo, os que faziam referência aos fatores genéticos na influência da homoafetividade.

Quanto à homoparentalidade, as pesquisas encontradas objetivavam investigar as motivações que levavam sujeitos homoafetivos a buscarem a parentalidade, além dos fatores que influenciavam a qualidade do relacionamento nesses indivíduos que procuravam a adoção de crianças.

Durante a revisão, deparamo-nos com diversos artigos comparativos entre a parentalidade heterossexual e a homoafetiva, mas sempre focando nos pais. Não encontramos estudos que investigassem os filhos das famílias homoparentais.

Ao utilizar o descritor: *homossexual parenting* localizamos 272 publicações relativas ao tema, destas 19% abordavam a relação pais e filhos, 8% trazem as mães em sua temática, enquanto 12% abordam os pais.

4.2 O contexto nacional: uma breve análise no cenário brasileiro

Dos 20 artigos selecionados para o estudo, um foi publicado em 2005, dois em 2006, um em 2008, um em 2010, dois em 2011, um em 2012, três em 2013, um em 2014, seis em 2015 e dois em 2016. A quantidade de artigos selecionados no período de 2015 e 2016, que até maio já contava com duas publicações, indicam uma crescente publicação de pesquisas e textos nessa área.

Dos artigos selecionados, 12 possuem cunho empírico, enquanto oito são teóricos. Em relação às abordagens teóricas encontradas, 12 estudos relacionavam-se à área social, dois à antropologia, cinco à psicanálise e um à saúde. Destes, dois foram publicados na revista Temas em Psicologia, dois na Revista de Estudos Feministas e dois em Psicologia: Ciência e Profissão. Os demais foram publicados nos periódicos: Boletim de Psicologia, Estudos de Psicologia, Horizontes Antropológicos, Interface: Comunicação, Saúde e Educação; Mal-Estar e Subjetividade, Physis: Revista de Saúde Coletiva, Psicologia & Sociedade, Psicologia Clínica, Psicologia em Revista, Psicologia: Reflexão e Crítica, Psicologia: Teoria e Prática, Revista da SPAGESP, Revista de Psicologia da UNESP e Revista Psicologia Política.

Passos (2005) buscou examinar a homoparentalidade, considerando suas significativas mudanças nas relações conjugais e parentais, uma vez que esta nega um princípio fundamental na constituição do grupo familiar, a diferenciação sexual. A autora propõe que consideremos as novas formas de ser família, a partir de uma ética

que leva em consideração as demandas afetivas dos sujeitos nelas envolvidos. Enfatiza a necessidade de assegurar a flexibilidade, garantindo com isso, que posições preconcebidas ou preconceituosas não prejudiquem a compreensão. Ressalta que busquemos entender os diferentes modelos familiares a partir das premissas históricas do patriarcado. Segundo argumentos da autora, não se pode afirmar a existência de uma total falência do sistema patriarcal, pois ele permanece ainda no imaginário social. Aponta ainda, os desafios encontrados por casais homossexuais ao buscar realizar seu desejo de ter filhos. Um deles é a necessidade de agentes externos para a concepção destes filhos. Em todas as possíveis composições familiares: recomposição; coparentalidade; adoção; inseminação artificial e/ou barriga de aluguel, há um terceiro envolvido. Trata-se de um outro que irá permanecer no imaginário desta família, influenciando não apenas na construção dos laços afetivos, mas também no reconhecimento dos filhos.

Ainda em relação à homoparentalidade, apresenta alguns matizes fundamentais que concernem a essa estrutura familiar: “ausência de papéis fixos entre os membros”; “inexistência de hierarquias e uma circulação permanente das lideranças”; “múltiplas formas de composição familiar e de formação de laços afetivos e sociais” e “tendência a uma constituição de sujeitos que se filiam não só à família, mas também a grupos onde preponderam os laços de amizade” (PASSOS, 2005, p. 37 e 38).

Zambrano (2006) tem como objetivo explicitar a influência do modelo tradicional de família na construção de parentalidades impensáveis, por serem compostas por pessoas do mesmo sexo. Alerta para a necessidade de se repensar parentalidades que, até recentemente, não eram consideradas possíveis, mas que atualmente estão sendo vivenciadas, como a dos homossexuais, travestis e transexuais. Levantando questões para as áreas da antropologia, psicanálise e direito, que exigem uma readequação condizente com a realidade.

Vilhena et. al. (2011) traz para a discussão, a necessidade de se pensar a família além das suas representações clássicas, elaborando novas políticas sociais, desconstruindo o binarismo hetero/homossexualidade. Seus argumentos podem ser comparados aos de Passos (2005), na medida em que reconhecem os resquícios da família patriarcal na sociedade. Contudo, buscam romper com a oposição hetero/homossexualidade, ao ser proposta uma revisão do termo homoparentalidade, uma vez que este faz oposição direta à família heteronormativa. Quanto a esta crítica, os

autores afirmam ser necessária uma mudança epistemológica para romper com a lógica binária que parte da premissa de identidades previamente construídas e naturalizadas.

Questionam a importância de analisar a orientação sexual dos pais para se legitimar o exercício da parentalidade e, ainda, se a utilização do termo homoparentalidade é adequada, tendo em vista que, ao nos referirmos às famílias heterossexuais, não existe um termo equivalente. Uma vez compreendida que a família é uma construção social e que a heteronormatividade não deve ser tomada como modelo, podemos compreender as diversas formas de famílias, sem tomarmos uma como norma.

Rodriguez, Merli e Gomes (2015) propuseram investigar as representações parentais em casais homoafetivos masculinos sem filhos. Apontaram para uma relação entre a falta de apoio de suas famílias em relação à suas orientações sexuais e o exercício da parentalidade, pois acreditam que o despreparo para deixar o lugar de filho, associado aos conflitos familiares decorrentes da falta de aceitação, corroboram para o não se pensar sobre a parentalidade. Ser pai implica em utilizar como referência seus próprios pais. Ressaltam, ainda, a importância de mais estudos científicos na área, propiciando uma ética pautada no vínculo filiativo.

Arán (2011) objetivou refletir de que forma alguns argumentos psicanalíticos reinstauram a heteronormatividade, deslocando a noção de alteridade da noção de diferença sexual na psicanálise, permitindo a esta romper com um modelo aprisionante das relações sociais, reinventando uma nova concepção da diferença. De acordo com seus pressupostos, a orientação sexual dos pais não deve estar vinculada a sua capacidade de cuidar de uma criança. Nadaud (2006, apud ARÁN, 2011) afirma que o exercício e a inscrição da alteridade não devem ser compreendidos a partir da alteridade sexual: masculino/feminino. Pois são diversas as possibilidades para se diferenciar e, portanto, de construir um modo de vida ou uma vida familiar.

Martinez (2013) também buscou romper com essas crenças e temores sociais em relação às famílias homoafetivas, como o receio que crianças criadas nessas famílias também sejam homossexuais, a partir dos pressupostos da psicanálise. Sua pesquisa pautou-se no atendimento clínico de dois casais (um masculino e outro feminino), objetivando compreender a psicodinâmica dos casais.

Rodriguez e Gomes (2012) sugerem a reflexão quanto à ética dos profissionais de saúde que lidam com casais e famílias homoafetivas. Propõe que, principalmente, na clínica psicológica e psicanalítica, as diferenças, singularidades e alteridades

ultrapassem os limites do simbólico, bem como dos conceitos centrais que perpassam a teoria psicanalista, não buscando enquadrá-los sobre as regras da heteronormatividade.

Os preconceitos em relação à homossexualidade, à conjugalidade homossexual e à homoparentalidade também foram abordados no texto de Farias (2010). A autora sinaliza para a contribuição histórica na forma de se pensar a sexualidade e sua influência na construção de preconceitos. Ressalta ainda alguns mitos quanto à homoparentalidade, como a preferência sexual da criança e sua saúde psíquica. Porém, a autora em seu texto desconstrói essas crenças, sinalizando a relação entre a homofobia e o medo da sociedade em lidar com diferentes padrões de relacionamento e educação.

Medeiros (2006) realizou um ensaio etnográfico em que buscou analisar variáveis que influenciavam a forma como a lesbianidade era tratada e vivida na periferia. Ao acompanhar o dia-a-dia de duas mulheres que moravam juntas e criavam as filhas de uma delas, pôde perceber as particularidades do relacionamento destas, além das nuances próprias das mulheres lésbicas que residiam na periferia, em paralelo àquelas residentes de bairros mais nobres. Constatou que as primeiras são mais engajadas em lutas sociais, na busca por seus direitos, pois percebem, inclusive, um maior preconceito no local onde moram, o que obriga algumas a esconder sua lesbianidade.

Lira, Moraes e Boris (2015) buscaram compreender o cotidiano das mulheres lésbicas que têm filho, investigando como essas mulheres desempenham os papéis parentais, abrangendo a qualidade dessas relações, a distribuição das tarefas domésticas, o cuidado com os filhos e a geração de renda. Buscaram ainda investigar, como é abordado nessas famílias o tema da orientação sexual e sua influência na vida dos filhos. Concluíram que as mães lésbicas demonstram desempenhar os papéis parentais de forma cooperativa; dialogam com seus filhos sobre sua orientação sexual – o que pode ajuda-los a enfrentar a homofobia; e que os vínculos construídos entre as mães e seus filhos regem suas relações, comprovando que a parentalidade vai além da orientação sexual. O artigo foi balizado a partir de entrevistas abertas com quatro mulheres, que pautavam-se em uma pergunta norteadora: “como você tem vivenciado a relação com o(s) filho(s)?”.

Esta pergunta conduziu a uma pesquisa posterior de Lira, Moraes e Boris (2016), que teve como objetivo investigar a ambiguidade presente na vivência homoparental feminina no Brasil que, por um lado revela-se através de um preconceito cruel e, por outro, possibilita a essas mulheres superarem a discriminação e assumirem suas

orientações afetivo-sexuais e a parentalidade. Apesar do preconceito sofrido pelos filhos, em decorrência da orientação sexual de suas mães, as relações positivas construídas na díade mães-filho(s) amorteceram os efeitos adversos da homofobia.

De acordo com os autores, uma das principais fontes de preconceito vivenciado por essas mulheres é a própria família, porém, a chegada das crianças parece colaborar para uma maior aceitação.

Deparamo-nos, também, com três estudos que buscam investigar a homoparentalidade a partir das Tecnologias Reprodutivas.

Pautado em entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres que tiveram filhos através de Novas Tecnologias de Reprodução (NTR). Pontes, Feres-Carneiro e Magalhães (2015) buscaram analisar os desafios vivenciados por casais de mulheres que buscavam a concepção através do auxílio das tecnologias reprodutivas, ressaltando a importância dos laços biológicos para essas mulheres. As autoras reforçaram a necessidade das famílias homoparentais construir suas próprias relações afetivo-sexuais, não seguindo o modelo heteronormativo, em busca da aceitação sexual.

As mães entrevistadas e suas companheiras apresentavam o desejo de criar seus filhos sem a participação de terceiros, por isso a busca por tecnologias reprodutivas, ressaltando também a importância dos “laços” biológicos para essas mulheres, ainda que a carga genética fosse de apenas uma parceira. A busca pela concepção de um filho “natural” reforça a autenticidade da relação mãe/filho. A maioria das entrevistadas buscaram, nos doadores do sêmen, características físicas semelhantes a elas e suas companheiras, a fim de reforçar os laços biológicos, e “naturalizar” a relação da mãe com o filho gerado. Dessa forma, concluíram que as famílias entrevistadas buscaram um tipo conhecido e aceito de modelo familiar, que apresenta a parentalidade biológica como característica central.

Machin e Couto (2014) investigaram a relação entre as Tecnologias Reprodutivas (TR) e casais lésbicos. Ao entrevistarem profissionais de saúde e mulheres lésbicas, as autoras concluíram, assim como as citadas anteriormente, que as mulheres optam por essa prática por apresentar a segurança de uma não relação do doador de sêmen com a criança gerada. A importância dos laços biológicos e a participação da parceira, através, por exemplo, da técnica de Recepção do Óvulo da Parceira (ROPA), sinalizam a importância e uso das TR por mulheres lésbicas.

Esta temática também foi abordada por Vitule, Couto e Machin (2015) ao discutirem sobre as concepções construídas por casais do mesmo sexo e o uso das

tecnologias reprodutivas que possibilitam sua parentalidade. Concluíram que há uma maior busca dos casais femininos por esses métodos. Os casais masculinos, em contrapartida, optam pela adoção, por temerem possíveis vínculos entre a mulher e a criança, que possam ser estabelecidos por consequência da gestação.

Fonseca (2008) apresentou um estudo de caso através de histórias encontradas na literatura. Expôs estratégias utilizadas por casais lésbicos para “naturalizar” a relação da parceira, que não gerou o filho, com este. Revisou os novos elementos da noção de “família que escolhemos”, vislumbrando a homoparentalidade como “co-produções” que envolvem não apenas valores culturais, mas também lei, tecnologia e dinheiro. Para a autora, a família não deve ser compreendida apenas como uma unidade natural, pois ela é perpassada por diversas forças institucionais, onde participam diferentes personagens. Portanto, a família gay não deve ser compreendida como uma adaptação de alguma norma hegemônica. Ressalta-se a importância de se pensar a família homoafetiva aquém da heteronormatividade.

Rosa, Melo, Boris e Santos (2016), a partir de entrevista semiestruturada com um homem e uma mulher que viviam em uma relação homoafetiva e haviam adotado, por vias legais, crianças, investigaram como se dá a construção dos papéis parentais nesses casais, levando em consideração o contexto singular da adoção e suas implicações psicológicas, sociais e legais. Identificam que nas famílias homoafetivas há uma definição mais igualitária na distribuição dos papéis parentais. Além disso, a construção destes, apesar de sofrer influência direta da cultura, é resultado da elaboração criativa presente na díade conjugal e da família que se constitui, sendo incorporados e exercidos de forma peculiar por cada família.

Meletti e Scorsolini-Comin (2015) também buscaram investigar as expectativas dos casais homossexuais em relação à parentalidade, além de como se dá a conjugalidade nessas relações. Concluíram que a constituição familiar desses casais é pautada no respeito, companheirismo, lealdade e amor; e que a responsabilidade por aspectos que compõe o dia-a-dia como afazeres domésticos e finanças, é dividida de forma igualitária, a partir das habilidades e interesses de cada um.

De acordo com Dantas e Ferreira (2015), o sentido de filiação produzido em crianças adotadas por casais de parceiros do mesmo sexo, associa a adoção a ser escolhido e amado. Ao investigarem a produção de sentido entre pais e filhos adotivos sobre a paternagem e filiação, concluíram que ser pai, portanto, tem a ver com a renúncia de si mesmo em prol do interesse da criança. Além disso, também implica em

assumir o papel e posicionamento referente à paternidade em casa, mas, sempre que necessário, assumir aqueles direcionado à mãe, objetivando resguardar o desenvolvimento físico e afetivo dos filhos.

Duas publicações que realizaram revisões sistemáticas com essa temática foram encontradas. Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2013) realizaram uma revisão das publicações nacionais e internacionais que fizeram referência à homoparentalidade masculina, apontando, principalmente, a carência e a importância de pesquisas nessa área. Destacaram que no âmbito nacional pode ser identificado um crescimento de estudos científicos referentes à temática, porém estes têm pouca ou nenhuma expressão no cenário internacional. Os autores selecionaram 12 artigos, destes, quatro são de autores nacionais, reforçando tanto a necessidade de mais estudos sobre o tema no Brasil, quanto à elaboração de investigações empíricas, uma vez que estes se tratavam de estudos teóricos, a exceção de um.

Em relação às famílias homoparentais, o artigo concluiu que no tocante ao desenvolvimento das famílias homo e heteroparentais, e na relação com os filhos, que estimulam seu desenvolvimento psicossocial, não existe diferenças significativas, o que implica não existir disparidade em suas habilidades quanto à parentalidade (SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013).

Cecílio, Scorsolini-Comin e Santos (2013) propuseram, através da revisão sistemática, investigar as produções científicas sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. Selecionaram 10 artigos concernentes ao assunto proposto. Concluíram que a adoção por casais homossexuais ainda é muito estigmatizada, além de perpassada por preconceitos. Em contrapartida, os autores pontuam os estudos que buscam desconstruir os mitos que envolvem a homoparentalidade (ABOIM, 2007; GROSS, 2012; MATIAS; ANDRADE & FONTAINE, 2012; WALL; ABOIM & CUNHA, 2010, apud CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN & SANTOS, 2013). Sinalizam, ainda, para escassez de pesquisas sobre a temática e a importância do desenvolvimento de mais estudos na área, que possibilitem uma reflexão, principalmente, em profissionais da área jurídica e de saúde.

5

Parentalidade masculina: concepção de gênero *versus* construção social.

Diante das mudanças apresentadas nas configurações familiares, que inauguram novas formas de ser e pensar a família, alguns aspectos parecem manter-se estáveis: a família permanece, independente da configuração que apresenta, como “unidade social básica de convivência, relacionamento afetivo, reprodução e cuidado dos filhos; e a atribuição de forma praticamente exclusiva à mulher da responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos” (CASTO et al., 2012, p. 13).

Torres (2004) acredita que, ainda que as mulheres estejam aptas a realizar funções que eram socialmente relacionadas aos homens, ao inserir-se no mercado de trabalho, os homens, em sua maioria, encontram-se atrasados no que diz respeito as habilidades e desempenho de tarefas tradicionalmente femininas. Em relação ao cuidado, estes cumprem esta função de forma complementar ou auxiliar a mãe. De acordo com Bueno e Vieira (2014), o envolvimento paterno na criação dos filhos está ocorrendo em uma escala menor do que se esperava, pois as mães continuam sendo a principal responsável pelo cuidado das crianças e realização das atividades domésticas.

A partir da década de 1970, com a publicação do livro: “o papel do pai no desenvolvimento infantil”, de Michael R. Lambé, reconheceu-se a importância do pai no desenvolvimento da criança, não apenas como modelo de gênero para o filho e provedor da família (BUENO & VIEIRA, 2014). O objetivo do autor, ao publicar o livro, era demonstrar não apenas sua importância no desenvolvimento infantil, mas apontar sua relevância na vida das crianças, além de afetá-las de forma positiva ou negativa (PRADO & VIEIRA, 2003).

A história da família está intimamente ligada à distribuição de papéis e funções sociais de cada gênero, de modo que aos homens coube a força. Esta, aplicada à esfera pública, garantiu a conquista de bens, e à esfera particular inaugurou a obediência dos membros da família, bem como a responsabilidade da sobrevivência destes. Dessa forma, o homem distanciou-se dos cuidados consigo mesmo e com os filhos. O cuidado foi então associado à maternidade, sendo naturalizado ao feminino, como o instinto materno (LYRA et al., 2010).

A princípio, acreditava-se que os homens não precisavam dar atenção à sua saúde, pois estes, uma vez viris, não estavam sujeitos a fraquezas e enfermidades. Ainda que desconstruída essa concepção com o passar do tempo, tratar o homem no âmbito da saúde não é uma tarefa facilmente realizada (LYRA et al., 2010). Assim, o cuidado com o outro, inclusive os filhos, vem sendo desassociado à mulher e associado aos pais, ainda que a passos lentos.

Segundo Lyra et. al. (2010), pensar o cuidado implica em pensar o gênero, e compreender este último implica analisar sua complexidade diante de diferentes dimensões: cultural, social e da identidade. “O gênero se constrói numa multiplicidade de instituições, e não apenas na família ou nas relações de parentesco [...]” (p. 87).

Levantar a discussão entre papéis sociais, que implica os papéis destinados ao homem e a mulher enquanto pais, nos obriga a pensar nas questões de gênero e sua construção sociocultural que influencia as identidades feminina e masculina.

5.1 Gêneros e os papéis sociais: aspectos biológicos e sua influência na parentalidade

A questão do gênero masculino e feminino, não apenas nos distinguem biológica ou sexualmente, mas principalmente no plano social. Portanto, são nas relações sociais que construímos as distinções nos papéis atribuídos a cada gênero e nas personalidades que implicam, inclusive, nas diferenças culturais, políticas e econômicas (BORIS, 2002).

Segundo Boris (2002), a essência da sexualidade tende a ser entendida a partir dos atributos físicos e reprodutivos de cada sexo – masculino e feminino. Dessa forma, não são considerados os elementos subjetivamente construídos de cada indivíduo, a partir de sua vivência histórico/cultural em sociedade. Definir o sujeito e, dessa forma, seus papéis sociais a partir do sexo é limitante, pois se deixa de lado a idiosincrasia deste.

A noção de gênero distingue-se da concepção de sexo, pois vai além da prática sexual e, dessa forma, do domínio dos aspectos biológicos. Envolve a investigação das atitudes, comportamentos, relações, valores, estereótipos, conceitos e preconceitos, além de seu caráter histórico, social e político, construídos culturalmente (BORIS, 2002).

Segundo Muraro e Boff (2002) conceituar gênero implica em ir além do feminino/masculino e, portanto, do biológico. Trata-se de compreender como as diferenças foram construídas historicamente. Sendo assim, falar de gênero é “falar a partir de um modo particular de ser no mundo, fundado, de um lado, no caráter biológico do nosso ser, e, de outro, no fato da cultura, da história, da sociedade, da ideologia e da religião desse caráter biológico” (MURARO & BOFF, 2002, p. 18).

A partir da perspectiva sociocultural, exercemos papéis que estão pré-definidos tradicionalmente pela cultura e, portanto, influenciam nossa maneira de ser e agir nas relações sociais e familiares. Estes papéis são percebidos como automáticos e por isso, esperados pelos outros em função da expectativa lançada, tanto sobre a atuação dos homens, quanto das mulheres (BOURDIEU, 1999; FERNANDES, 2010). As características biológicas são, portanto, definidoras de papéis, trata-se do “fundamento epistemológico dos preceitos sociais” (BORIS, 2002, p.16), onde a heterogeneidade dos sexos garante os direitos e deveres diferenciados de homens e mulheres.

Até o Século XIX era comum se pensar que o sujeito poderia mudar sua identidade sexual quando desejasse, sem que houvesse implicações maiores. Porém, sabe-se que a construção social, cultural, psicológica ou sexual implica num complexo processo de semelhanças e diferenças com o outro. A identidade de gênero inicia-se com a semelhança que o garante pertencer a um sexo e não a outro (BORIS, 2002).

Portanto, os papéis de pai e mãe são perpassados pela constituição das identidades e dos papéis de gênero, abrangendo significados a partir de construções socioculturais, porém, também são constituídos por aspectos biológicos, ou seja, características selecionadas ao longo da história de vida da espécie. A gestação, por ocorrer no organismo materno, possibilita à mãe a certeza de um investimento em seus descendentes, certeza essa mais dificilmente obtida pelo pai (MANFROI; MACARINI & VIEIRA, 2011). Ainda segundo os autores, a ligação entre mãe e filho pode ser explicada biologicamente. Os processos básicos presentes na maternidade, como as estimulações presentes na gestação, no parto e na amamentação, que desencadeiam diversas respostas comportamentais, possibilitam a criação de um vínculo positivo. O pai, ainda que não possua as características biológicas e filogenéticas presentes na relação mãe-bebê, pode desenvolver esse vínculo de apego com o filho através do comportamento parental.

Apesar da seleção filogenética desses comportamentos que possibilitam o desenvolvimento do vínculo e apego entre mãe e filho, devem-se levar em consideração os aspectos ontogenéticos que permitiram ao pai, desprovido das características biológicas já citadas, vincular-se ao filho (MANFROI; MACARINI & VIEIRA, 2011).

5.2 Parentalidade: etnoteorias e sistemas parentais

O termo parentalidade foi inicialmente utilizado em 1961 por Paul-Claude Recamier, psiquiatra e psicanalista francês, a partir de seus trabalhos sobre psicose materna. Sendo utilizado novamente em 1985 por René Clement ao estudar as psicoses puerperais. Ainda na década de 80, Didier Houzel fez uso do termo ao pesquisar sobre crianças separadas de seus pais (FÉRES-CARNEIRO & MAGALHÃES, 2011; TEPERMAN, 2011).

De acordo com Temperan (2011), o neologismo parentalidade apresenta-se como opção de substituição do termo família e, por não discriminar pai e mãe ou função materna e paterna, implica em uma simetria entre as duas figuras. O termo apresenta-se para dar conta das relações instituídas, consequência dos novos arranjos e laços familiares. Diante da flexibilidade do termo, abre-se espaço para os adultos que estão em posição de ocupar uma função parental.

A parentalidade é, portanto, entendida como produto do parentesco biológico, bem como do tornar-se mãe e pai (FÉRES-CARNEIRO & MAGALHÃES, 2011). Porém, ainda que perpassada por um aspecto biológico evidente, a parentalidade também deve ser compreendida como constituída por um aspecto social, que rege, principalmente, as práticas educativas das crianças, exercidas por pessoas, não necessariamente, biologicamente vinculadas a estas. A parentalidade, portanto, diz respeito aos valores e crenças das pessoas que exercem a educação das crianças (TUDGE & FREITAS, 2012). Dessa forma, parentalidade está ligada ao fazer, implicando tudo que perpassa ao cotidiano durante as práticas educativas, que sofrem influência, em parte, de valores e crenças. Estes, por sua vez, são construídos a partir da história e da cultura (TUDGE & FREITAS, 2012).

Segundo Manfroi, Macarini e Vieira (2011), para compreender o desenvolvimento infantil faz-se necessário conceber o ambiente familiar que perpassa a

criança e que inclui as práticas de cuidado que a envolve, bem como o sistema de crença de seus cuidadores, que regem a forma de criação dos filhos. O conjunto de ideias, crenças e valores dos pais e mães em relação aos seus filhos é denominado etnoteorias parentais e são perpassados pelos modelos culturais nos quais se encontram inseridos (HARKNESS & SUPER).

Dessa forma, se é a partir da relação entre cuidador e criança que se transmitem os valores, normas, costumes e papéis (KELLER, 2009), cabe ao cuidador estabelecer metas de socialização, objetivando regular o comportamento aceitável da criança. Essas metas caracterizam-se por crenças de autonomia e relação (KAGITCIBASI, 2005; KELLER, 2012). Essas crenças e valores parentais apontam para três tipos de desenvolvimento do *self* da criança: 1) eu autônomo; 2) eu interdependente e 3) eu autônomo-relacional (DINIZ & SALOMÃO, 2010; KELLER, 2012; SEIDL-DE-MOURA et al., 2014). Keller (2012) compreende o *self* como o senso de auto-percepção da criança, que influenciará na forma como ela se relacionará com outros, principalmente com seus cuidadores.

Alguns estudos realizados no Brasil, objetivando investigar as metas de socialização de mães brasileiras, apontaram a necessidade de se considerar os diversos contextos sociais e demográficos do país (DINIZ & SALOMÃO, 2010; MARTINS et al., 2010; MENDES & SEIDL-DE-MOURA, 2013; SEIDL-DE-MOURA et al., 2014).

Os valores devem ser compreendidos como um conjunto de crenças associadas a metas que se buscam atingir e a modos de conduta que permitem o alcance destas; além disso, selecionam e avaliam condutas, pessoas e eventos. Podem ser compreendidos como princípios e filosofias de vida. Os valores, assim como os padrões de crenças, normas, atitudes e autodefinições devem ser vistos como síndromes culturais (FERREIRA; ASSMAR & SOUTO, 2002). Portanto, devemos compreender as práticas parentais também como resultados da cultura na qual o cuidador está inserido.

De acordo com Martins et. al. (2010), as práticas parentais representam as relações estabelecidas entre os pais e os filhos, sendo permeadas por necessidades distintas que envolvem o cuidado, a educação e o desenvolvimento infantil.

Essas relações entre pais e seus filhos dependem de alguns fatores como: características individuais, presentes nesses sujeitos e em sua prole, orientadas por

fatores biológicos, filogeneticamente estabelecidos; além de variáveis ambientais e sociais, resultantes da cultura que moldam o comportamento parental (MANFROI; MACARINE & VIEIRA, 2011).

De acordo com a psicologia evolucionista, o comportamento parental foi selecionado por possuir como função garantir a sobrevivência da espécie, ou seja, comportamento parental engloba qualquer comportamento que aumente a sobrevivência e taxa de reprodução do filhote (MANFROI; MACARINE & VIEIRA, 2011). Ainda segundo os autores, devemos compreender o cuidado parental a partir de mecanismos inatos, que foram selecionados filogeneticamente, e que evoluíram de acordo com o grau de desenvolvimento do filhote.

Keller (2009) afirma que os seres humanos possuem uma predisposição a um conjunto de sistemas parentais independentes e a mecanismos interacionais que formam alianças sociais. Portanto, somos direcionados a estabelecer relações sociais que influenciam, inclusive, no papel parental. Os cuidadores possuem uma predisposição comportamental para cuidar e interagir com os bebês (KELLER, 2009). A parentalidade é composta por sistemas moldados pelas experiências interacionais dos cuidadores e, além disso, a cultura exerce uma forte influência por definir o que é considerado bom ou ruim para a criança.

O envolvimento paterno, segundo Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1985), possui três dimensões: a interação presente no contato direto entre o pai e o filho; a acessibilidade que se refere à disponibilidade desse pai; e a responsabilidade ao garantir cuidado e recursos necessários ao bem-estar do filho.

Segundo os pressupostos teóricos de Keller (2007), os estilos parentais podem ser caracterizados em dois tipos: distal, que foca nos sistemas parentais de contato face-a-face e na estimulação por objeto, possibilitando à criança experiências de autonomia e separação e; o estilo proximal, que enaltece os sistemas parentais de contato corporal e estimulação corporal, proporcionando à criança uma relação cuidador-criança mais próxima e calorosa.

Para Keller (2009), os sistemas parentais são conjuntos de comportamentos que podem ser exercidos por qualquer pessoa. A forma como esses sistemas se moldarão aos cuidadores dependerá de característica que dizem respeito aos mecanismos de

interação, como a atenção direcionada ao bebê, sensibilidade aos sinais positivos e negativos emitidos pela criança, calor emocional e a velocidade de resposta às queixas da criança (responsividade). Os sistemas em conjunto com esses mecanismos representam os diferentes contextos de investimento parental como energia, tempo, atenção e as diferentes emoções dirigidas à criança.

Keller (2007) descreve seis sistemas parentais: cuidado primário, filogeneticamente é o mais antigo do sistema parental; representa os primeiros cuidados da infância, como alimentação, abrigo e higiene, por isso, é o sistema que mais exige um investimento parental. Contato corporal, este sistema promove um vínculo emocional entre cuidador e criança que influencia o desenvolvimento do sentimento de parentesco e pertencimento no bebê; consiste no tocar e carregar, prevenindo a criança de uma exposição ao perigo. Estimulação corporal que possibilita a intensificação da percepção corporal pela criança, a partir da comunicação corporal que se dá através do toque, possibilitando o desenvolvimento motor. Estimulação por objeto trata-se da inserção de objetos nas atividades com a criança, permitindo a esta estabelecer a relação com o mundo dos objetos inanimados e o ambiente físico em geral e, além disso, atua na maturação do sistema cognitivo. O sistema de contato face-a-face, que se caracteriza pelo mútuo contato visual e o frequente uso da linguagem, demandando aos cuidadores um investimento que consiste na exclusiva devoção de tempo e atenção durante essa troca comportamental, gerando no bebê um sentimento de pertencimento. E o envelope narrativo que consiste na utilização da linguagem pelos cuidadores e, portanto, pode perpassar por todos os outros sistemas.

Reforça-se a importância de pensar a relação entre o papel do ambiente combinado às características sociodemográficas particulares e os aspectos da cultura em geral na configuração do cenário em que valores e práticas culturais são desenvolvidos e, que serão reproduzidas e transmitidas historicamente e que, por consequência, resultam na forma como se constitui e imprime a parentalidade (KELLER, 2012).

6 Objetivo

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a valorização dos sistemas de cuidado parental, bem como das metas de socialização em homens cuidadores residentes da cidade do Rio de Janeiro, que estejam em relações homoafetivas e que possuam filhos com idade até 11 anos.

Optou-se por sujeitos do sexo masculino por buscar investigar como se constroem os vínculos entre homem-criança que, ao contrário da díade mãe-bebê, não é compreendido como natural ou biológico.

7 Método

Participantes

Participaram da pesquisa 20 sujeitos homoafetivos masculinos residentes na cidade do Rio de Janeiro, que se encontravam em união estável com parceiros do mesmo gênero e tinham filhos de até 11 anos de idade, não possuindo relevância à maneira como essa parentalidade aconteceu, ou seja, por adoção ou tecnologias reprodutivas, e, portanto, são homoafetivos desde o início da homoparentalidade. Aos participantes que tinham mais de um filho, solicitamos que preenchessem o inventário sociodemográfico com os dados do filho mais novo. Todos os dados sociodemográficos coletados na pesquisa encontram-se descritos na tabela 1.

Os participantes foram divididos em três grupos associados a forma como se deram as parentalidades, são eles: adoção afetiva (N = 2), adoção legal (N = 14) e tecnologias reprodutivas (N = 4).

O termo adoção afetiva foi criado pelos próprios participantes para explicar a forma de parentalidade que não possui implicações legais, ou seja, a criança não se encontrava registrada no nome do casal, entretanto era criada por eles.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (2012) define a adoção como o rompimento de todo o vínculo jurídico entre a criança e o adolescente e sua família biológica, fazendo com que esta perca todos os direitos e deveres em relação àquela e

vice-versa. O registro civil de nascimento original é cancelado, sendo elaborado um novo, onde constarão os nomes dos adotantes, garantindo aos adotados direitos de um filho biológico, diminuindo ou anulando as diferenças entre um filho biológico e adotivo.

A adoção legal abrangeu a maior quantidade de participantes dessa pesquisa. De acordo com Feres-Carneiro (1999) e Zambrano (2012), a parentalidade mais recorrida pelos homens que se encontram em união homoparental é a adoção, enaltecendo a importância, para estes, dos laços sociais e afetivos.

Já o termo tecnologias reprodutivas ou reprodução assistida abrange um conjunto de conhecimentos e procedimentos médicos paliativos que objetiva a fecundação, quando diante de condições de in/hipofertilidade humana (PONTES, FERES-CARNEIRO & MAGALHÃES, 2015). Os quatro entrevistados que fazem parte desse grupo realizaram a técnica de ‘barriga de aluguel’. A partir de técnicas de fertilização *in vitro* (FIV) um embrião, fecundado com o sêmen dos pais em um óvulo de uma doadora anônima, é transferido para o útero de uma mulher, consistindo na doação temporária desse útero para a gestação do bebê. Cabe ressaltar que essa técnica não é permitida no Brasil, os casais a realizaram nos Estados Unidos, apesar de residirem no Brasil.

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos participantes da pesquisa

	Adoção afetiva	Adoção Legal	Tecnologias Reprodutivas
Idade do pai	46,5 ±3,5	41,8 ±6,24	41,7 ±12,9
Idade da criança (anos)	11 ±0	4,54 ±3,02	1,09 ±1,05
Escolaridade			
Médio Completo	-	1 (7,1%)	2 (50%)
Superior Completo	-	6 (42,9%)	1 (25%)
Pós Graduação	2 (100%)	7 (50%)	1 (25%)
Renda			
Até R\$ 10.000	2 (100%)	8 (61,5%)	2 (50%)
De R\$ 10.001 até 15.000	-	4 (30,98%)	-
Acima de 15.001	-	1 (7,7%)	2 (50%)
Estado Civil			
Casado	2 (100%)	8 (57,1%)	2 (50%)
União Estável	-	6 (42,9%)	2 (50%)
Sexo Criança			
Masculino	-	5 (71,4%)	1 (100%)
Feminino	1 (100%)	2 (28,6%)	-

Instrumentos

Formulário de dados sociodemográfico.

Composto por informações referentes à idade do pai e da criança, nível de escolaridade e renda do pai, sexo da criança e como se deu a parentalidade.

Instrumento de avaliação de Etnoteorias parentais

O Inventário de Metas de socialização, desenvolvido por Keller, Lamm e et al. (2006) e utilizado em outros estudos (KELLER, 2007) consiste em uma lista de dez frases que indicam metas que os pais vão tentar alcançar no desenvolvimento de seus filhos durante seus primeiros três anos de idade. As metas se subdividem em duas dimensões: independência/autonomia (itens: “desenvolver independência”, “desenvolver autoconfiança”, “desenvolver competitividade”, desenvolver um senso de autoestima” e “desenvolver um senso de identidade”) e interdependência/relação (itens: “aprender a obedecer aos pais”, “aprender a obedecer as pessoas mais velhas”, “aprender a animar os outros”, “aprender a cuidar do bem-estar dos outros” e “aprender a controlar emoções”).

Na aplicação do instrumento, pede-se ao participante que indique se concorda ou não, em uma escala de 1 (se não concorda nem um pouco) a 5 (se concorda totalmente), reagindo espontaneamente, sem pensar muito. A escala mostrou medidas aceitáveis de confiabilidade para os itens de relação ($\alpha = 0,67$) e boas medidas para os itens de autonomia ($\alpha = 0,81$). Para as análises realizadas nesse estudo foram consideradas as sub-escalas do inventário de Metas de Socialização e também as respostas dos participantes, em escores de um a cinco atribuídos à valorização de cada uma das dez metas, tratadas como variáveis dependentes do tipo ordinal e utilizadas em testes não paramétricos de associação com as variáveis independentes de cada análise.

Entrevista semi-estruturada

Foram apresentadas aos entrevistados, individualmente, cinco imagens que representavam, cada uma, um dos cinco sistemas parentais de Keller (2012): cuidados básicos, estimulação corporal, contato corporal, estimulação por objeto e contato face-a-face. O sexto sistema, envelope narrativo, não foi incluído por não ser possível representá-lo visualmente.

Cada fotografia utilizada apresentava a imagem de uma mãe com um bebê, em um ambiente que representava sua casa, ilustrando cada um dos sistemas: cuidados básicos (mãe banhando a criança), contato corporal (mãe segurando o bebê próximo a seu corpo), face a face (mãe e o bebê, que se encontra em seu colo, estabelecendo contato visual), estimulação corporal (criança deitada e a mãe massageando seus pés), e estimulação por objeto (mãe mostrando um brinquedo para a criança, enquanto a mesma encontra-se deitada).

Essas imagens foram tiradas, a princípio, para o estudo desenvolvido por Seild-de-Moura, Pessôa, Ramos, Mendes, Fioravanti-Bastos e Dias (2014), que objetivou investigar a valorização dos sistemas de cuidado em um grupo com diferentes cuidadores de crianças com até um ano de idade (mães, avós, babás e educadoras de creches). As fotografias foram submetidas a jurados que avaliaram se elas condiziam aos sistemas, como proposto.

Durante a realização dessa atividade utilizou-se o gravador.

Procedimentos

Dados da coleta

Os participantes foram indicados pelos integrantes do grupo de pesquisa, coordenado pela orientadora deste projeto e, ainda, pelo contato com grupos de apoios, localizados na cidade do Rio de Janeiro e adjacências. O contato com os participantes deu-se através de ligações, mensagens e e-mails. Foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido, após explicação do termo foi solicitada sua assinatura. Todos os participantes foram entrevistados individualmente em suas próprias casas, como solicitado por eles.

Após responderem o formulário de dados sociodemográfico e o Inventário de Metas de socialização/desenvolvimento, foi pedido aos entrevistados que organizassem as imagens por ordem de importância: da mais importante para a menos importante. Em seguida, foi solicitado que eles explicassem a escolha dessa ordem e comentassem sua percepção sobre cada imagem. Toda a coleta teve duração média de 20 minutos.

Análise dos dados

Foi realizada uma análise descritiva para caracterizar a amostra, utilizamos a correlação de *Pearson* para analisar a associação entre as metas de socialização para a autonomia, relação e as pontuações atribuídas aos sistemas de cuidado. E usamos o teste *t* pareado para a comparação dos escores de valorização de metas de autonomia e metas de relação. As análises estatísticas foram realizadas no programa estatístico SPSS versão 20.0.

Quanto à entrevista semi-estruturada, a partir da escolha do participante ao atribuir uma ordem de importância a cada imagem que representa um dos cinco sistemas de cuidado parental, sua escolha foi associada a um score, dessa forma a imagem escolhida que correspondia a mais importante recebia o maior score que equivalia a cinco pontos, a segunda imagem na ordem de importância recebia quatro pontos e, assim, sucessivamente, até a última imagem, que representa a com menor importância, recebendo um ponto. Assim, cada imagem era pontuada a partir da ordem de importância escolhida. Tratando-se de um dado ordinal. Para a comparação dos valores atribuídos a cada sistema de cuidado parental utilizamos novamente o teste *t* pareado.

A fala dos participantes foram audiogravadas, posteriormente as entrevistas foram transcritas na íntegra e o material resultante constituiu o *corpus* de análise. Para interpretar os dados e explicitar as percepções dos participantes acerca da assunção ao papel parental, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo na modalidade temática (BARDIN, 1977). Foram percorridas as três etapas operacionais pertinentes à análise temática: pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação dos resultados obtidos.

Primeiramente, realizou-se uma leitura flutuante do *corpus*. A seguir, os dados foram agrupados segundo as unidades de registro que emergiram do material empírico, tendo como eixo condutor o objetivo do estudo. A partir dessa etapa, foram selecionados trechos do material considerados relevantes à constituição das unidades de significação, dando origem aos temas. Estes foram codificados e organizados, conforme a similaridade de conteúdos, em categorias temáticas.

Categorizou-se a fala dos participantes entre: os sistemas de cuidados parentais, que inclui os cinco sistemas a partir da fala dos entrevistados; e a construção da parentalidade, que buscou abranger como se deu esse processo.

Para preservar o anonimato dos participantes e manter a confidencialidade dos dados, os nomes próprios foram substituídos por suas iniciais.

Cuidados Éticos

A pesquisa seguiu as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, Brasil) e do Código de ética Profissional dos Psicólogos, atendendo às exigências estabelecidas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Foi submetido e aprovado pela comissão de ética em pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (nº 2016-13).

8

Resultados e discussão

Crenças de autonomia/independência e relação/interdependência

Keller (2009) afirma que é na díade cuidador/criança que se constitui o nicho do desenvolvimento primário, nela se dá o processo de socialização da criança e, portanto, a aquisição de normas, costumes, valores, conhecimentos, condutas e papéis transmitidos e regulados pela sociedade. Dessa forma, as metas de socialização estão relacionadas ao uso de estratégias educativas dos cuidadores, que fazem uso de seus valores pessoais e sociais para regular o comportamento aceitável da criança (DINIZ & SALOMÃO, 2010).

Portanto, os humanos adquirem a autonomia e interdependência/relação durante seu desenvolvimento ontogenético, através das situações rotineiras que vivenciam no dia-a-dia (KELLER, 2012). Ainda de acordo com Keller (2012), para um desenvolvimento saudável do indivíduo é necessário tanto a aproximação e relação com outros como a individualidade e capacidade de realizar suas próprias escolhas.

A autonomia, de acordo com Kagitcibasi (2005) apresenta-se como o oposto da relação, implica em uma tendência a independência de outros, refere-se à motivação associada ao senso de eficácia e de obtenção ao resultado desejado. Keller (2012) corrobora com essa concepção, caracterizando a autonomia como a ênfase na separação de indivíduo com desejos e intenções e o controle das escolhas e opções individuais. Já a relação abrange a necessidade de proximidade com outro, bem como qualquer ação ou intenção direcionado a este.

Pode-se afirmar que, em relação ao desenvolvimento do *self*, as crenças e valores parentais apontam para três tipos de orientação: o desenvolvimento de um eu autônomo, onde a socialização da criança é direcionada à autonomia individual, sendo encorajada a fazer suas próprias escolhas; o desenvolvimento de um eu interdependente, focado no hedonismo e nos relacionamentos, ou seja, é um modelo que se aproxima de características sociocêntricas; e o desenvolvimento de um eu autônomo-relacional, trata-se de um modelo que foca tanto na autonomia quanto na relação, há uma da autorrealização, mas, ao mesmo tempo, enfatiza-se a manutenção das relações íntimas (DINIZ & SALOMÃO, 2010; KELLER, 2012; SEIDL-DE-MOURA et. al., 2014).

Objetivando investigar as crenças de autonomia e interdependência/relação dos homens cuidadores que compõe os casais homoparentais investigados, foi aplicado o inventário de metas de socialização desenvolvido por Keller, Lamm et al. (2006). Dentro do questionário, as metas se subdividem em duas dimensões: independência/autonomia (itens: “desenvolver independência”, “desenvolver autoconfiança”, “desenvolver competitividade”, desenvolver um senso de autoestima” e “desenvolver um senso de identidade”) e interdependência/relação (itens: “aprender a obedecer aos pais”, “aprender a obedecer às pessoas mais velhas”, “aprender a animar os outros”, “aprender a cuidar do bem-estar dos outros” e “aprender a controlar emoções”).

O teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov (KS de uma amostra) indicou que as variáveis escore de metas de socialização para a autonomia e interdependência; e as pontuações atribuídas aos sistemas de cuidado apresentam distribuição aproximadamente normal, logo, para analisar a associação entre elas foi utilizado o teste de correlação de Pearson.

Para a comparação dos escores de valorização de metas de autonomia e metas de relação foi utilizado um teste *t* pareado. Os resultados não indicaram diferença significativa entre as médias dos participantes quanto à valorização das metas de autonomia e relação ($t_{19} = 0,76$; $p > 0,05$). A Figura 1 apresenta as médias nas escalas de metas de socialização para a autonomia e relação.

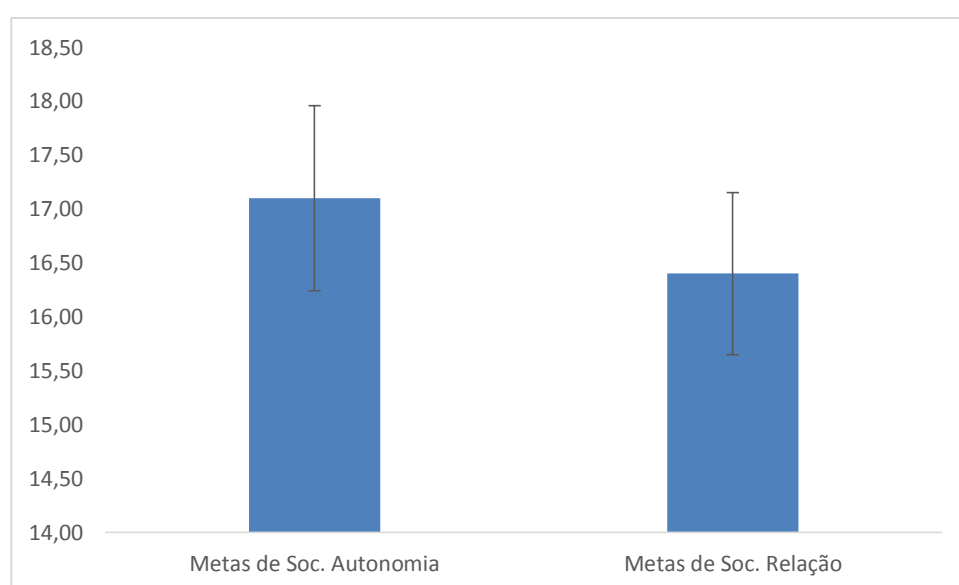


Figura 1 – Médias nas escalas de socialização para a autonomia e relação.

Tal resultado indica que os participantes da pesquisa valorizam tanto a autonomia quanto a relação no desenvolvimento do *self* de seus filhos, apontando para uma tendência ao modelo autônomo-relacional. Mendes e Seidl-de-Moura (2013), ao realizarem um estudo longitudinal para investigar o envelope narrativo de mães residentes do Rio de Janeiro, observaram também uma tendência tanto para a autonomia quanto para relação, corroborando com os resultados apresentados.

Quando correlacionado à idade dos cuidadores, foi encontrada uma correlação negativa com a valorização de metas de relação/interdependência ($\rho=-0,46$; $p<0,05$). O que indica que, quanto mais velhos, menos valorizam metas dessa natureza. Com relação ao sexo e idade das crianças não foi encontrada nenhuma relação significativa com as metas de autonomia e relação, portanto a valorização dessas metas independe do sexo e idade dos filhos. Em decorrência do pequeno tamanho amostral não foi possível testar correlações com escolaridade e renda dos cuidadores.

Investigar as metas e crenças dos cuidadores implica em considerar a cultura/contexto em que se encontra inserido. O ambiente combinado com características sociodemográficas estabelece o cenário para o desenvolvimento de diferentes *selves*. O nível educacional dos cuidadores, por exemplo, molda e possibilita a reprodução de histórias, assim como valores e práticas culturais (DINIZ & SALOMÃO, 2010; KELLER, 2012).

Keller (2012), ao investigar os diversos ambientes culturais, concluiu que nas culturas ocidentais existe uma tendência a promover a autonomia precoce, enquanto nas não ocidentais prevalece o incentivo às interações sociais próximas entre cuidador e criança.

No Brasil, para se investigar os sistemas de cuidado e metas de socialização é necessário levar em consideração os diversos contextos sociais e demográficos, portanto, é difícil chegar a uma caracterização geral e homogeneia das metas de socialização dos cuidadores no cenário nacional (DINIZ & SALOMÃO 2010; SEIDL-DE-MOURA et. al., 2014).

Segundo Dessen e Torres (2002, apud DINIZ & SALOMÃO, 2010) as regiões sul e sudeste do país apontam tendências individualistas, as regiões norte e nordeste apresentam maiores tendências sociocêntricas e a região centro-oeste possui tendências

mistas. Martins et al. (2010), em um estudo realizado com 606 mães brasileiras, sendo 307 residentes de cidades pequenas e 299 residentes de capitais, dos estados do Pará, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina, concluíram que as capitais brasileiras apresentam contextos culturais que valorizam a interdependência, em relação às cidades pequenas, perceberam uma maior valorização da autonomia.

Os resultados da presente pesquisa vão de encontro a estes apresentados. Seidl-de-Moura et al. (2014) aponta para a necessidade de se levar em consideração os valores e crenças dos cuidadores que, ainda que pertencentes a um mesmo contexto cultural, podem apresentar-se diferentes, implicando em diferentes concepções de metas e práticas parentais. Além disso, as pesquisas supracitadas foram realizadas com mães, diferentemente desta que abrangeu casais homoafetivos masculinos na posição de cuidadores.

Sistemas de cuidados parentais

A parentalidade é composta por um conjunto de sistemas que, juntos, fazem parte do processo de interação entre criança e cuidador. De acordo com Keller (2009), esse sistema de cuidados consiste em um conjunto de comportamentos moldados geneticamente, que podem ser ativados a partir de demandas ambientais. O sistema de cuidados parentais possui a função de solucionar os problemas adaptativos da história evolutiva humana e deve ser explicado a partir dos modelos culturais (KELLER, 2009).

Esse sistema geral é composto por seis sistemas, e a interação entre eles define o modelo parental daquele cuidador, são eles: cuidado primário ou cuidados básicos; contato corporal; estimulação corporal; estimulação por objeto; contato face-a-face e envelope narrativo (KELLER, 2009).

Por buscar analisar a valorização dos sistemas parentais para esses homens que se encontram em posição de cuidadores, realizou-se um teste *t* pareado para a comparação dos valores atribuídos aos cinco sistemas de cuidado parental, os resultados indicaram que os participantes valorizam mais o sistema contato corporal do que os sistemas estimulação corporal ($t_{19} = 5,47$; $p < 0,05$), cuidados básicos ($t_{19} = 2,82$; $p < 0,05$) e estimulação por objetos ($t_{19} = 8,01$; $p < 0,05$). O sistema face a face, por sua vez, foi mais valorizado do que os sistemas de estimulação corporal ($t_{19} = 4,17$; $p < 0,05$) e estimulação por objetos ($t_{19} = 5,30$; $p < 0,05$). O sistema de cuidados básicos, por fim, foi

mais valorizado do que o sistema estimulação por objetos ($t_{19} = 3,91$; $p < 0,05$). A Figura 2 apresenta as médias de valorização dos cinco sistemas de cuidado parental.

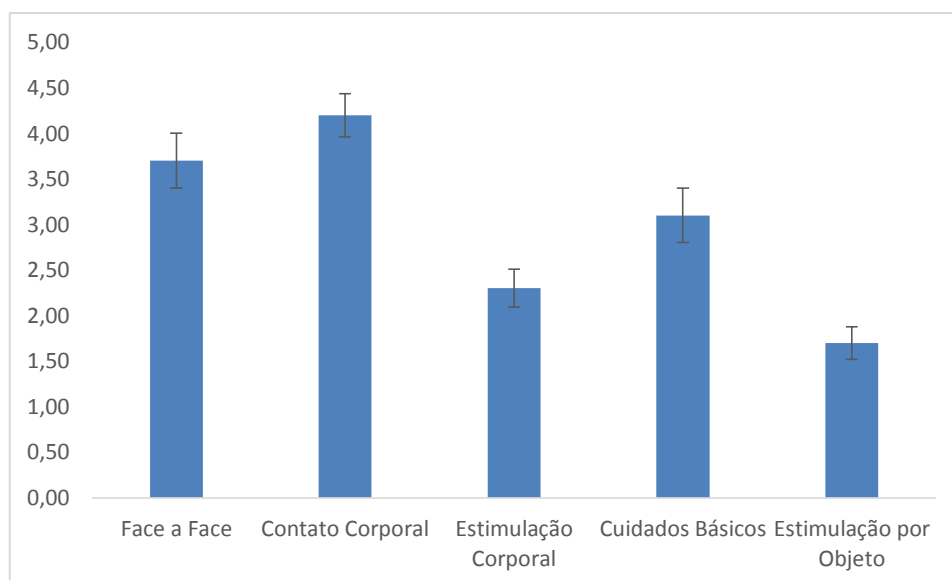


Figura 2 – Média de valorização dos cinco sistemas de cuidado parental

Os dados, portanto, apontam que os sistemas de cuidado mais valorizados pelos participantes em geral são o contato corporal e o contato face-a-face. Esse mesmo resultado foi observado na pesquisa realizada por Seidl-de-Moura et. al. (2014) com mães, avós, babás e educadoras infantis no estado do Rio de Janeiro.

Em contraponto, a pesquisa realizada por Martins et al. (2011) com 606 mães residentes de capitais e cidades pequenas do Brasil, apontaram que as práticas de cuidados primárias, descritas pelos autores como os sistemas de cuidados básicos e contato corporal, são mais valorizadas por essas mães do que as práticas de estimulação, que engloba os sistemas de estimulação corporal, estimulação por objeto e contato face-a-face.

De acordo com Keller (2012), no contexto urbano é estimulada a auto expressão e competição, sendo encorajado o direito de expressar suas opiniões e negociar seus pontos de vista, de forma a otimizar seus interesses e desejos. Dessa forma, essas famílias adotam estratégias de socialização que enfatizam a autonomia e o tempo dedicado ao filho. Portanto, há a valorização do contato face-a-face entre cuidador e criança. Já em contextos que valorizam o desenvolvimento da interdependência e relação, o contato corporal é mais frequentemente valorizado (KELLER, 2012; SEIDL-DE-MOURA et al., 2014).

Assim, como observado nas metas de autonomia e relação, os participantes demonstraram valorizar ambas as metas, indicando uma tendência ao modelo autônomo-relacional. Corroborando para a valorização dos sistemas de contato corporal e contato face-a-face.

Os sistemas menos valorizados pelos participantes dessa pesquisa foram estimulação corporal, seguida pela estimulação por objeto. Resultado também observado na pesquisa de Seidl-de-Moura et al. (2014).

Contato Corporal

Esse sistema de cuidado parental consiste em tocar e carregar a criança de forma próxima ao corpo do cuidador, e é responsável pela criação do vínculo entre o cuidador e a criança, descrito por Keller (2009) como um vínculo emocional que permite o desenvolvimento do sentimento de pertencimento da criança.

Esse sentimento associado à aceitação de normas e valores transmitidos intergeracionalmente, prepara esse indivíduo em desenvolvimento para uma vida pautada em harmonia e hierarquia entre os membros da família (KELLER, 2009).

Além disso, esse sistema previne o bebê da exposição ao perigo, estimulando o apego e a regularização corporal. Pode ser considerado como o mais antigo sistema filogenético que promove o apego, com a função de promover a experiência de segurança (KELLER, 2009; SEIDL-DE-MOURA et al., 2014).

Esse sistema foi descrito pelos participantes da pesquisa como suporte emocional para a criança, através do cuidado, afeto, acolhimento e carinho, por meio do contato com a pele da mãe.

As falas dos participantes confirmam a descrição de Keller (2009):

“O primeiro é o afeto [...] eu acho que o afeto é o principal, a relação afetiva, você desenvolver a relação de contato primordial com a criança, pra mim é o principal” (M. L., 36 anos).

“O carinho, a hora que você abraça ele, que ele bota as mãozinhas em cima de você, você percebe como ele se conforta, né? Muitas vezes eu coloco eles assim no

peito, eles fazem assim (som de respiração): ‘cheguei no meu porto seguro’” (S. L., 61 anos).

“E aqui é aquela coisa de abraçar, proteção [...] eu acho que um bebê recém-nascido precisa dessa sensação de conforto, carinho e proteção que isso passa. Se sentir acolhido, entendeu? Então, assim, o toque é um dos sentidos mais importantes nessa fase da criança” (G. S., 51 anos).

O entrevistado R. M. aponta, também, que a descrição do sistema de contato corporal se trata de um comportamento típico de cuidadores:

“Isso daqui, esse jeito que ela tá segurando, é um jeito muito simbólico que só pai e mãe seguram, né? Apesar de várias pessoas pegarem no colo, tá passando essa coisa de peito com peito, sabe? Assim, do acolhimento, não só uma pessoa segurando uma criança no colo pra não tá no chão, mas uma coisa de acolhimento, de: ‘tô te passando segurança, você tá comigo, eu tô aqui pra te proteger’, essa coisa toda” (R. M., 35 anos)

O entrevistado D. S. descreveu a imagem que representa esse sistema como uma troca de afetos que favorecem tanto o cuidador como a criança:

“É interessante porque é a única das fotos em que a figura parental não tá apenas como cuidadora, ela tá também em êxtase, ela tá também de olhos fechados, ela também tá vivendo um grande amor. A criança também, abraçada com ela, mas ela também tá vivendo um grande amor ali. Ela tá entregue. Talvez seja a mais horizontal e menos vertical de todas, né? [...] Não tem um cuidador e um cuidado, não tem, claro que tem, mas não é o que transparece nessa imagem. Não tem um desenvolvido e um em desenvolvimento, o forte e o frágil, aqui tem dois quase num nível igual de fragilidade, de entrega, é onde essa relação é mais horizontal, no afeto” (D. S., 46 anos).

Dada a importância do afeto, como observado a partir da fala dos entrevistados, para a constituição da parentalidade, e por representar esse sentimento de acolhimento e pertencimento, o sistema contato corporal foi o mais valorizado pelos participantes.

Contato face-a-face

Esse sistema é descrito por Keller (2009) como o mútuo contato visual entre cuidador e criança e o frequente uso da linguagem. Esse sistema demanda um investimento parental, por consistir na exclusiva dedicação de tempo e atenção nessa troca.

Também permite à criança pseudo-diálogos, estimulando a percepção de contingências, possibilitando que a criança se compreenda como causadora das ações parentais, possibilitando a sensação de pertencimento e de auto-eficácia (KELLER, 2009; SEIDL-DE-MOURA et al., 2014).

Os entrevistados, em sua maioria, descreverem a imagem que representa esse sistema como um contato essencial, que representa vínculo e troca de afetividades, permitindo à criança sentir-se amada, ressaltando a importância da troca de olhares.

“Eu acho que aqui ela tá olhando diretamente no olho do filho, né? Eu acho que é primordial você passar um amor diretamente do pai pro filho. Essa é, eu acho, a base de tudo, entendeu? A reciprocidade do olhar do filho pra ela, eu acho que é a base de tudo, sem isso qualquer outras função aqui uma babá poderia tá fazendo, mas esse contato aqui eu acho que é primordial do pai com o filho” (B. F., 36 anos).

Cabe ressaltar, na fala de B. F., a importância dada a esse olhar que, segundo o entrevistado, somente um cuidador, que exerça uma função parental, é capaz de ter. O entrevistado R. M. também apresentou fala similar a de B. F. ao afirmar:

“Essa segunda imagem me passou uma coisa do olho no olho, a criança já olhando pro rosto da mãe e a mãe também olhando para a criança. A mão no peito também é uma coisa de acolhimento, o jeito que ela tá segurando a criança tá se sentindo segura. [...] A gente percebe que essa coisa do olho no olho é

uma coisa de olhar sem medo pro pai, né? [...] Essa coisa da troca do olhar é só quando tem muita segurança estabelecida” (R. M., 35 anos).

Martins et al. (2010) apontam que essa troca visual, característica do contato face a face, é altamente estimulante e repleta de afeto, constituindo-se de curtos eventos interacionais carregados de informações cognitiva e social, expondo a criança a estes.

“[...] essa foto tá, assim, ela olhando pra ele é como se ela estivesse ensinando, falando alguma coisa pra ele, dizendo: ‘olha filho é assim...’. Transmitindo, que faz parte desse conjunto, desse pacote de cuidados que a gente tem, que é essa transmissão de informações do que é certo e o que é errado” (W. F., 37 anos).

“Isso aqui eu acho que é aquele vínculo do olhar, você ser uma referência pra essa criança, então tá sempre em contato direto com ela no olhar, encarando, até nas horas mesmo que a gente chama a atenção dos menores e tal, briga, eu faço questão que eles sempre olhem pra mim, pra eles entenderem que eu tô falando, pra ter essa ligação, esse entendimento, essa comunicação e, ao mesmo tempo, a verdade do olhar do outro, pra eles entenderem bem e se comprometerem como eu também me comprometo” (W. S., 39 anos).

Cuidado primário ou cuidados básicos

Keller (2009) descreve esse sistema como o filogeneticamente mais antigo. Ele representa os primeiros cuidados da infância, como alimentação, abrigo e higiene.

Os entrevistados reconheceram a importância desse cuidado para garantir a sobrevivência e bem-estar da criança:

“Bem, a princípio, aqui pra mim, a questão do cuidado, a primeira coisa que eu vejo como uma, não diria uma obrigação, mas um papel [...] inicialmente com a sobrevivência, com o bem estar na verdade. Cuidado tem a ver com o bem-estar físico, os

cuidados de um ser que ainda não pode se cuidar sozinho” (A. G., 44 anos).

“Isso aqui do banho eu botei porque é uma necessidade física da pessoa, você precisa tomar banho [...] não dá pra criança ficar sem tomar banho nunca, porque ela se mijá, ela se caga, eu acho uma coisa importante mesmo, do ponto de vista fisiológico” (G. S., 51 anos).

Apesar de reconhecerem a importância dos cuidados básicos, esse sistema não foi o mais valorizado, possivelmente porque os entrevistados consideraram que esse tipo de cuidado pode ser realizado por qualquer indivíduo, não necessariamente os pais: “apesar de ser uma necessidade básica, eu acho que é meio aquilo que qualquer um pode fazer” (R. K., 53 anos).

Esse sistema implica em um grande investimento dos cuidadores (Keller, 2009). Basicamente, sua função consiste em reduzir o desconforto do bebê, garantindo sua sobrevivência e consequente desenvolvimento. Assegura à criança o desenvolvimento da confiança e segurança na proteção e disponibilidade do cuidador (KELLER, 2009; MARTINS et al., 2010; SEIDL-DE-MOURA et al., 2014). A fala de R. M. corrobora com essa descrição de confiança e segurança, transmitida por esse sistema:

“O P. (nome da criança) dá muita importância pra isso, pro cuidado, ele fala: ‘pai, obrigado por cuidar de mim, vocês *tão* cuidando de mim’. Acho que o cuidado pra ele que veio, uma criança que passou a idade de pequeno até os cinco anos no abrigo, ele sente essa coisa do cuidado como uma coisa muito importante” (R. M., 35 anos).

Estimulação corporal

Esse sistema de cuidado visa a comunicação corporal através de atividades específicas para aquela determinada criança. A estimulação se dá por meio do toque e movimentos motores no corpo da criança. Sua função psicológica consiste em intensificar a percepção corporal do bebê, bem como a percepção do ambiente que o cerca, garantindo a promoção de um *self* corporal próprio (KELLER, 2009; MARTINS et al., 2010; SEIDL-DE-MOURA et al., 2014).

Alguns dos participantes associaram a imagem que representava esse sistema às suas características, como a estimulação do desenvolvimento motor: “eu acho que é o papel de estimular, de possibilitar que ele se desenvolva, ter independência” (R. K., 53 anos).

“Eu acho que mostra a necessidade de estímulo, você mexendo, ajudando a criança na questão da coordenação, enfim, você vê que é um momento relax, mas com foco nessas questões de desenvolvimento da criança” (G. M., 34 anos).

“Ajudando a criança a perceber a casa, a mexer, né?” (M. G., 41 anos).

“Seria contato físico, contato de movimento” (M. L., 36 anos).

“Essa imagem me pareceu uma coisa que não é só de brincadeira, tem uma coisa de estímulo também, essa coisa de pegar o bebê e fazer os pequenos exercícios, e sensorial e tudo mais [...] esse estímulo mesmo, essa coisa meio fisioterapia que você tem que fazer” (R. M., 35 anos).

Alguns entrevistados descreveram a imagem como parte dos cuidados básicos: “você faz um tipo de exercício com as pernas da criança quando ela tá com cólica, pra expelir gases. Então pra mim isso é um outro tipo de cuidado” (F. A., 39 anos).

“Aqui é o cuidado, eu pensei assim no cuidado com ele, trocar fralda, ter esse cuidado de tá tendo contato com ele nessa troca de fralda” (A. S., 46 anos).

“Essa última meio que tá fazendo ali uma bicicleta pra poder eliminar gases” (B. F., 36 anos).

Um terceiro grupo de participantes descreveu a imagem como brincadeira: “essa daqui eu acho que ela tá brincando” (F. I., 37 anos).

“Aqui tá brincando com ele” (H. L., 48 anos).

“Esse quarto é interação, né? O lúdico, um momento de descontração dos dois” (W. F., 37 anos).

Estimulação por objeto

Esse sistema de cuidado possibilita criar uma relação entre o bebê e o mundo dos objetos inanimados que o cercam. Através da utilização de brinquedos durante a interação entre cuidador e criança, o bebê é vinculado ao ambiente físico em geral (KELLER, 2009; MARTINS et al., 2010; SEIDL-DE-MOURA et al., 2014).

Todos os entrevistados descreveram a imagem que representa esse sistema como um momento de brincadeira entre a mãe e o filho:

“Aqui tá só brincando” (F. A., 39 anos).

“Isso aqui é brincar com a criança” (A. B., 38 anos).

“É a questão da diversão mesmo, que aí vem aquela coisa de vamos dar prazer à relação, tanto para a criança quanto pra você, que é brincar, é fazer que a relação fique divertida” (W. S., 39 anos).

“Aqui parece que a pessoa tá conversando, brincando com uma coisa com ele, entretendo ele” (R. L., 39 anos).

“[...] tem que ter essa coisa de você satisfazer também o desejo da criança, não só ficar cuidando, cuidando, cuidando, a criança também precisa de uma interação, de uma brincadeira, de uma coisa que satisfaça o emocional dele, de tá interagindo com o pai de forma mais lúdica” (B. F., 36 anos).

A função psicológica da estimulação por objeto consiste na maturação do sistema cognitivo e o desacoplamento da criança da dependência dos relacionamentos sociais (KELLER, 2009). De acordo com Martins et al. (2010), a utilização de um objeto, nesse sistema, pode substituir a presença de um adulto, possibilitando à criança explorar seu ambiente.

O entrevistado R. K. afirmou que esse sistema possui o papel:

“Mais da questão da interação, de desenvolvimento cultural até, de brincar e de ter conhecimentos, informações” (R. K., 53 anos).

Ele compreende a função do lúdico nos aspectos do desenvolvimento da criança. O participante G. M. também apresentou uma resposta semelhante, pontuando:

“A gente vai lá pra hora da brincadeira, que eu também acho igualmente importante, eu acho que a gente estimula várias coisas, raciocínio, a criatividade da criança” (G. M., 34 anos).

A construção da parentalidade

De acordo com Salomé, Espósito e Moraes (2007), as uniões homoafetivas não objetivam, inicialmente, a geração de filhos, mas sim assegurar o vínculo de amor, o respeito, o carinho e o cuidar do outro. A base da motivação para a constituição desse arranjo familiar não está pautada na procriação, mas na troca de afetos entre os parceiros.

Em uma pesquisa realizada por Féres-Carneiro (1999) com pessoas em relações conjugais heterossexuais e homossexuais, verificou-se que a maioria dos gays entrevistados não apresentava o desejo de ter filhos, entre os que se manifestaram a favor desse desejo, a adoção surgiu como opção cabível.

A homoparentalidade é possível em casos de adoção; inseminação artificial; coparentalidade, onde um dos membros do casal homoafetivo gera um filho com um homem ou uma mulher, não necessariamente homossexual; e a recomposição, onde os filhos são frutos de relações heterossexuais anteriores. Em todas essas possibilidades de composições familiares, há a participação de um terceiro mediando o desejo de conceber um filho (PASSOS, 2005).

Pode-se pensar que essas famílias buscam reproduzir, ainda que parcialmente, um tipo conhecido e aceito de modelo familiar, a matriz heterossexual (ZAMBRANO, 2006; PONTES; FERES-CARNEIRO & MAGALHÃES, 2015). Entretanto, alguns estudos buscam reforçar a importância de não considerar a homoparentalidade como uma tentativa de adaptação às normas heterossexuais (PASSOS, 2005; FONSECA, 2008; VILHENA et. al., 2011; ARÁN, 2011; SANTOS et. al., 2013).

Devem-se levar em consideração as inúmeras variáveis que influenciam os distintos arranjos familiares (MEDEIROS, 2006). É fundamental considerar as demandas afetivas dos indivíduos presentes nesses novos tipos de família, dessa forma, a parentalidade deve ser compreendida baseada nos laços de afeto.

A importância do afeto para a construção da parentalidade foi mencionado em quase todas as entrevistas. Demonstrando a importância deste para a homoparentalidade. Um dos entrevistados, que designaremos como D. S., afirmou:

“Eu tenho um filho adotado, pra mim a parentalidade começa no afeto, começa no desejo de ter alguém, não começa no acaso ou na sexualidade ou na instituição do casamento, começa na vontade. Sempre brinco que ter filho adotado não pode dizer que foi por acaso [...] Não, isso tem a marca do desejo, né? Pra mim tem que ter a marca primeiro, a história tem que ser contada a partir do desejo” (D. S., 46 anos).

Os sistemas mais valorizados pelos entrevistados foi o contato corporal e o contato face-a-face, ambos foram descritos, pela maioria, como carregados de afetos, carinho, acolhimento e amor. Dada a importância do afeto para a constituição dessas famílias é compreensível a escolha de tais sistemas.

A qualidade do vínculo estabelecido entre cuidador e criança é mais importante para o desenvolvimento psíquico dos filhos do que a orientação sexual dos pais (CECÍLIO, SCORLINI-COMIN & SANTOS, 2013; FARIAS, 2010)

Rosa, Melo, Boris e Santos (2015), ao investigarem as construções dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes, concluíram tratar-se de um processo que inicia-se na decisão/desejo de adotar, sendo apropriado pelo adotante a partir dos vínculos estabelecidos com o adotante.

9**Percepções/impressões da pesquisadora**

No início da coleta de dados, buscar participantes para a pesquisa parecia impossível, poucas pessoas em meu meio conheciam casais homoafetivos masculinos que tivessem filhos com idade até 11 anos. Após entrar em contato com alguns profissionais que trabalhavam com a adoção de criança obtive o contato da Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (ABRAFH) que, cordialmente, me encaminhou o contato de alguns de seus membros.

Em todas as entrevistas realizadas senti-me extremamente à vontade e bem recebida, com exceção de um casal, o único que se recusou a me receber em sua casa, marcando nosso encontro em um ambiente comum do condomínio onde residem. Foi a coleta mais breve, inclusive. Os outros casais fizeram questão de estender nosso encontro explicando como se deu sua parentalidade ou contando casos vivenciados com aos filhos, ainda que cientes que esses detalhes não comporiam a pesquisa. Pareceram à vontade com minha presença e constantemente buscaram ressaltar a valorização do afeto em suas relações, bem como a importância do amor para a criação de seus filhos.

A coleta gerou-me a oportunidade de conhecer histórias e pessoas incríveis, que reforçaram minhas crenças quanto a essas famílias.

10

Considerações finais

As famílias homoparentais têm ganhado maior visibilidade, tanto no contexto internacional quanto no nacional, o que influencia o aumento no volume de estudos e pesquisas referentes a elas (GATO & FONTAINE, 2014).

Evidencia-se, a partir do levantamento realizado, que as novas configurações familiares vêm conquistando espaço na sociedade, tanto no tocante à política, com o reconhecimento dos seus direitos e deveres, quanto nos estudos das ciências sociais e humanas, seja na psicologia, na antropologia ou no direito. Principalmente as famílias homoparentais que, por fugir ao princípio fundamental da constituição da família nuclear, a diferenciação sexual (PASSOS, 2005), gerou um maior estranhamento social.

As famílias homoparentais comprovaram, a partir de estudos, que a orientação sexual dos pais não interfere no desenvolvimento psíquico dos filhos, sendo importante a qualidade do vínculo estabelecido por estes (CECÍLIO; SCORLINI-COMIN & SANTOS, 2013). Rompendo a crença de que haveria um prejuízo ao desenvolvimento psicológico, principalmente na constituição de sua identidade, risco de abuso sexual e uma predeterminação de uma orientação homossexual pela ausência de uma referência materna e paterna (VILHENA et. al., 2011; SANTOS; SCORLINI-COMIN & SANTOS, 2013).

Pode-se afirmar que essas famílias buscam reproduzir, ainda que parcialmente, um tipo conhecido e aceito de modelo familiar, a matriz heterossexual (ZAMBRANO, 2006; PONTES; FERES-CARNEIRO & MAGALHÃES, 2015). Entretanto, os estudos apresentados nesse trabalho buscaram reforçar a importância de não considerar a homoparentalidade como uma tentativa de adaptação às normas heterossexuais (PASSOS, 2005; FONSECA, 2008; VILHENA et. al., 2011; ARÁN, 2011; SANTOS; SCORLINI-COMIN & SANTOS, 2013).

Devem-se levar em consideração as inúmeras variáveis que influenciam nos distintos arranjos familiares (MEDEIROS, 2006). É fundamental considerar as demandas afetivas dos indivíduos presentes nesses novos tipos de família, dessa forma, a conjugalidade, parentalidade e filiação devem ser compreendidas baseadas nos laços de afeto. É necessário, ao pesquisador, considerar esses aspectos para evitar olhar para

os diferentes modelos de família com ideias preconcebidas, influenciadas por premissas históricas do patriarcalismo (PASSOS, 2005).

Em consequência dos novos arranjos familiares, passou-se a valorizar o aspecto social que perpassa as funções parentais, que rege, principalmente, as práticas educativas das crianças. A parentalidade, portanto, diz respeito aos valores e crenças das pessoas que exercem a educação destas. Dessa forma, está ligada ao fazer, implicando tudo que perpassa ao cotidiano durante as práticas educativas, que sofrem influência, em parte, de valores e crenças daqueles que exercem a parentalidade (TUDGE & FREITAS, 2012).

A partir de alguns pressupostos assumidos (KELLER, 2009), o ser humano possui uma predisposição comportamental para cuidar e interagir com os bebês, que tem como função garantir a sobrevivência e reprodução da espécie (MANFROI, MACARINE & VIEIRA, 2011). Deve-se compreender a parentalidade a partir da influência da cultura, que seleciona e define o que é mais adequado no cuidado infantil, estabelecendo valores e crenças de cuidado que serão transmitidos intergeracionalmente (KELLER, 2009; 2012).

Sabe-se que é a partir da relação entre cuidador/criança que se dá o processo de socialização da criança, perpassado por normas e valores sociais (KELLER, 2009), daí a importância dessa relação, mas, principalmente, dos valores que constituem esses cuidadores e, portanto, serão esperados no comportamento da criança.

A presente pesquisa, ao investigar as metas de socialização entre esses homens cuidadores que se encontram em relações homoafetivas e residem na cidade do Rio de Janeiro, obteve como resultado a valorização tanto da autonomia quanto da interdependência em relação ao desenvolvimento do *self* dos filhos, apontando para a preferência pelo modelo autônomo-relacional. Portanto, esses homens cuidadores buscam estimular a independência dos filhos, bem como a relação com o outro.

Quanto aos sistemas parentais, apresentou-se como resultado uma maior valorização do sistema contato corporal, seguido, na seguinte ordem, pelo contato face-a-face, cuidados básicos, estimulação corporal e, como menos valorizado, estimulação por objeto. Este último sistema foi descrito por 18 dos 20 entrevistados como um momento de brincadeira entre cuidador e criança.

Compreende-se que os sistemas contato corporal e contato face-a-face foram os mais valorizados por representarem, segundo os entrevistados, relação de vínculo e afeto entre cuidador e criança, sendo, para eles, fundamental para a construção da parentalidade.

Pode-se informar que, diante dos resultados obtidos, o presente estudo atingiu os objetivos propostos, entretanto, cabe ressaltar as limitações deste. A quantidade de participantes da pesquisa é baixa, quanto maior o número de entrevistados mais fidedigno os resultados. Porém, a dificuldade em localizar participantes que se encaixavam na descrição necessária, associado ao curto tempo destinado à pesquisa no mestrado impossibilitou um maior número. Além disso, caso a metodologia utilizada fosse a observação direta, resultados diferentes poderiam surgir, já que no presente estudo foi utilizado um inventário e realizada uma entrevista semi-estruturada. No entanto, os dados obtidos neste estudo fornecem indícios que podem ser investigados posteriormente utilizando outros instrumentos metodológicos.

Apesar de ser um tema em foco na atualidade, são poucos os estudos nacionais publicados que se referem às famílias homoparentais. Apenas um descritor utilizado na busca de resumos internacionais (*homosexual parenting*) apresentou uma quantidade de pesquisas superior à soma de todos os resumos nacionais, 251 para 201. O que indica a importância de mais pesquisas na área, no contexto brasileiro, principalmente estudos práticos, como entrevistas, estudos de caso ou etnográficos, com expressão no cenário internacional, uma vez que são poucas as pesquisas nacionais referenciadas e localizadas em outros países (SANTOS; SCORLINI-COMIN & SANTOS, 2013).

É notória a carência de pesquisas que investiguem os filhos e seu desenvolvimento nessas famílias, uma vez que os estudos na área estão voltados para a parentalidade, enfatizando aqueles que exercem os papéis parentais. Pode-se identificar a necessidade de investigações quanto a esta temática não apenas no Brasil, mas também no contexto internacional. Dessa forma, diante da pouca produção na área e da importância de se investigar a homoparentalidade e os sujeitos que a constituem, ressalta-se a importância do desenvolvimento do presente trabalho e sua contribuição à literatura e principalmente, à sociedade.

11

Referências bibliográficas

AMAZONAS, M.C.L.A; VERÍSSIMO, H.V.; LOURENÇO, G.O. Adoção de crianças por gays. **Psicologia & Sociedade**, 25(.3), p. 631-641. 2013.

ARÁN, M. Políticas do desejo na atualidade: psicanálise e a homoparentalidade. **Revista Psicologia Política**, 11(21), p. 59-72. 2011.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar. 1976.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BORIS, G. D. J. B. **Falas de homens: a construção da subjetividade masculina**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult. 2002.

BOURDIEU, P. A. **Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Recuperado em 06 de abril, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BUENO, R. K.; VIEIRA, M. L. Análise de estudos brasileiros sobre o pai e o desenvolvimento infantil. **Psicologia argumento**, 32(76), p. 151-159. 2014.

CASTRO, M. G. et. al. Gênero e família em mudança: uma revisão com foco em cuidado parental. In: CASTRO, M. G.; CARVALHO, A. M. A.; MOREIRA, L. V. C (Orgs). **Dinâmica família do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. Salvador: EDUFBA, p. 13-29. 2012.

CECÍLIO, M. S.; SCORLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia**, Natal, 18(3), p. 507-516. 2013.

DANTAS, F. S. S.; FERREIRA, S. P. A. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. **Temas em psicologia**, 23(3), p. 593-606. 2015.

DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30, p. 202-219. 2010.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2008 – 2013. Recuperado em 22 de fevereiro, 2017, de <http://www.priberam.pt/dlpo/homofobia>.

DINIZ, P. K. C; SALOMÃO, N. M. R. Metas de socialização e estratégias de ação paternas e maternas. **Paidéia**, 20(46), p 145-154. 2010.

FARIAS, M. O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 9(1), 99-109. 2010.

FERNANDES, A. R. **O poder nas relações conjugais**: uma investigação fenomenológica sobre as relações de poder no casamento. São Paulo: Annablume. 2010.

FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade: um estudo sobre as diferentes dimensões da relação amorosa heterossexual e homossexual. In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: NAU, p. 96-117. 1999.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In: MOREIRA, L.V.C.; RABINOVICH, E. P. **Família e parentalidade**: olhares da psicologia e da história. Curitiba: Juruá. p: 117 – 133. 2011.

FERREIRA, M. C.; ASSMAR, E. M. L.; SOUTO, S. O. O individualismo e o coletivismo como indicadores de culturas nacionais: convergências e divergências teórico-metodológicas. **Psicologia em Estudo**, 7(1), 81-89. 2002.

FONSECA, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Revista Estudos Feministas**, 16(3), p. 769-783. 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução Albuquerque & Guilhaon. Rio de Janeiro: Graal. 1989.

GATO, J.; FONTAINE, A. M. Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. **Psicologia e Sociedade**, 26(2), p. 312-322. 2014.

HARKNESS, S.; SUPER, C. M. Themes and variations: parental ethnotheories in western cultures. In: RUBIN, K. H.; CHUNG, O. B. (Orgs) **Parenting beliefs, behaviors and parental-child relations**: a cross-cultural perspective. New York: Psychology press. p: 61 – 79. 2005.

HEILBORN, M. L. (Org). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

IBGE. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br

KAGITÇIBASI, Ç. Autonomy and relatedness in cultural context: implications for self and family. **Journal of cross-cultural psychology**. 36(4), 403-422. 2005.

_____. **Family, self, and human development across cultures**: Theory and applications. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates. 2007.

KELLER, H. **Cultures of infancy**. Mahwah, NJ: Erlbaum. 2007.

_____ Development as the interface between biology and culture: a conceptualisation of early ontogenetic experiences. In: KELLER, H.; POORTINGA, Y. H.; SCHOELMERICH, A. (Eds.). **Between Culture and Biology**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, in press.. 2009.

_____ Autonomy and relatedness revisited: cultural manifestations of universal human needs. **Child Development Perspectives**, 6(1), 12-18. 2012.

KELLER, H., LAMM, B., et. al. Cultural models, socialization goals and parenting ethnotheories: A multicultural analysis. **Journal of Cross-cultural Psychology**, 37, p. 155-172. 2006.

LAMB, M. E.; PLECK, J. H.; CHARNOV, E. L.; LEVINE, J. A. Paternal behavior in humans. **American Zoologist**, 25, 883-894. 1985.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos. **Revista da SPAGESP**, 16(1), 74-91. 2015.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. (In)visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações. **Psicologia: ciência e profissão**, 36(1), 20-33. 2016.

LYRA, J. et. al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora. 2010.

MACHIN, R.; COUTO, M. T. “Fazendo a escolha certa”: tecnologias reprodutivas, práticas lésbicas e uso de bancos de sêmen. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 24(4), 1255-1274. 2014.

MANFROI, E. C.; MACARINI, S. M.; VIEIRA, M. L. Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. **Revista brasileira: crescimento e desenvolvimento humano**, 21(1), p. 59-69. 2011.

MARTINS, G. D. F.; VIEIRA, M. L.; SEIDL-DE-MOURA, M. L.; MACARINI, S. M. Crenças e práticas de cuidado entre mães residentes em capitais e pequenas cidades brasileiras. **Psicologia: reflexão e crítica**, 24(4), 692-701. 2010.

MARTINEZ, A. L. M. Famílias homoparentais: tão diferentes assim?. **Psicologia em Revista**, 19(3), 371-388. 2013

MEDEIROS, C. P. “Uma família de mulheres”: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, 14(2), 535-547. 2006.

MELETTI, A. T.; SCORSOLINI-COMIN, F. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Revista Psicologia: teoria e prática**, 17(1), 37-49. 2015.

MENDES, D. M. L. F.; SEILD-DE-MOURA, M. L. O envelope narrativo e o desenvolvimento do self: um estudo longitudinal com mães e bebês nos seis primeiros meses de vida. **Interação psicologia**, 17(1), p. 37-46. 2013.

MURARO, R. M.; BOFF, L. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante. 2002.

NUCCI, M. F.; RUSSO, J. A. O terceiro sexo revisitado: a homossexualidade nos Archives of Sexual Behavior. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 19(1). 2009.

PALMA, Y. A.; LEVANDOWSKI, D. C. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. **Psicologia em Estudo**, 13(4). 2008.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**, 17(2), p. 31-40. 2005.

PONTES, M. F.; FERES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. Famílias homoparentais e maternidade biológica. **Psicologia e Sociedade**, 27(1), p. 189-198. 2015.

POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

PRADO, A. B.; VIEIRA, M. L. Bases biológicas e influências culturais relacionadas ao comportamento parental. **Revista de ciências humanas**, 34, p. 313-334. 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Poder Judiciário**. Procedimentos para adoção. Recuperado de <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/inf-juv-idoso/cap-vara-inf-juv-idoso/adocao/procedimentos>. 2012.

ROSA, J. M.; MELO, A. K.; BORIS, G. D. J. B.; SANTOS, M. A. A construção dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes. **Psicologia: ciência e profissão**, 36(1), 210-223. 2016.

RODRIGUEZ, B. C.; GOMES, I. C. Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. **Boletim de Psicologia**, LXII(136), 29-36. 2012.

RODRIGUEZ, B. C.; MERLI, L. F.; GOMES, I. C. Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. **Temas em Psicologia**, 23(3), 751-762. 2015

SANTOS, Y. G. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. (2013). Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), p. 572-582.

SARTI, C. A. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editora. 2010.

SEIDL-DE-MOURA, M. L. et al. Beliefs of mothers, nannies, grandmothers and daycare providers concerning childcare. **Paidéia**, 24(59), p. 341-349. 2014.

TAPERMAN, D. Família, parentalidade e época: articulações possíveis. In: MOREIRA, L.V.C.; RABINOVICH, E. P. **Família e parentalidade**: olhares da psicologia e da história. Curitiba: Juruá. p. 157-167. 2011.

TARNOVSKI, F. L. Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas. **Cadernos Pagu**, 40, p. 67-93. 2013.

TEÓFILO, M. C. C. **Casais de homens**: um estudo fenomenológico da conjugalidade homoerótica masculina. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Fortaleza, Fortaleza. 2003.

TORRES, A. Casamento: tempos, centrimento, gerações e gênero: dossiê gênero, idades, gerações. **Cadernos CRH**, Salvador, 17(42), p. 405-429. 2004.

TUDGE, J. R. H; FREITAS, L. B. L. Parentalidade: uma abordagem ecológico-cultural. In: PICCININI, C. A.; ALVARENGA, P. (Orgs). **Maternidade e paternidade**: a parentalidade em diferentes contextos. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2012.

UZIEL, A. P. **Homossexualidade e Adoção**. Rio de Janeiro: Garamonde. 2007.

VILHENA, J. et. al. Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, 11(4), p. 1639-1650. 2011.

VITULE, C; COUTO, M. T; MACHIN, R. Casais de mesmo sexo e parentalidade: um olhar sobre o uso das tecnologias reprodutivas. **Interface: comunicação, saúde, educação**, 19(55), 1169-80. 2015.

WAGNER, A., et al. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: Artmed. 2011.

ZAMBRANO, E. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizonte Antropológico**, 12(26), p. 123-147. 2006.

ANEXOS

Anexo A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica
Departamento de Psicologia

Pesquisa: Etnoteorias parentais: a parentalidade em casais homoafetivos masculinos

Pesquisadora: Jéssica Moraes Rosa

Tel.: (021) 99833.0339 **e-mail:** jessicamrpsi@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa **Etnoteorias parentais: a parentalidade em casais homoafetivos masculinos**. Nesta, objetivamos compreender a construção dos papéis parentais em casais homoafetivos masculinos. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: entrevista semi-estruturada, com perguntas balizadoras que nos permitirá compreender questões referentes ao exercício da parentalidade e a aplicação de um instrumento denominado: instrumentos de avaliação de etnoteorias parentais. Estes métodos poderão trazer algum desconforto referente a alguma pergunta ou item que possa ser apresentado. Dessa forma o tipo de procedimento apresenta um risco mínimo, que será reduzido pela solicitação do entrevistado em não responder a pergunta, ou mesmo o desejo do mesmo de que a entrevista ou aplicação do instrumento seja encerrada.

Esta contribuirá para a construção de conhecimento referente à parentalidade homoafetiva masculina, permitindo à sociedade um contato com este estudo, possibilitando, inclusive, mudanças de compreensão.

Para participar desse estudo o senhor não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

Todas as informações que o você fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas, bem como seus dados pessoais serão mantidos em sigilo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum das fitas gravadas, nem quando os resultados forem apresentados

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Caso deseje ter acesso aos resultados da pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **Etnoteorias parentais: a parentalidade em casais homoafetivos masculinos**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar e autorizo que os dados produzidos a partir de minha participação sejam utilizados de maneira acadêmica e científica, permitindo seu uso para fins de ensino, pesquisa e publicação. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

Anexo B

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE ETNOTEORIAS PARENTAIS

Metas de desenvolvimento

Agora você vai encontrar uma lista de opiniões sobre metas que os pais vão tentar alcançar no desenvolvimento de seus filhos durante seus *primeiros três anos de idade*. Vou ler uma da cada vez. Por favor, expresse se concorda ou não concorda espontaneamente da mesma forma que antes.

Durante os primeiros três anos de vida, as crianças deveriam:	Concordo				
	1 Nem um pouco	2	3	4	5 Completamente
1. aprender a controlar emoções.					
2. desenvolver independência.					
3. desenvolver auto-confiança.					
4. aprender a obedecer a seus pais.					
5. aprender a obedecer a pessoas mais velhas.					
6. aprender a cuidar do bem-estar dos outros.					
7. desenvolver um senso de auto-estima.					
8. aprender a animar os outros.					
9. desenvolver competitividade.					
10. desenvolver um senso de identidade					

Anexo C

IMAGENS UTILIZADAS NA PESQUISA QUE REPRESENTAM OS CINCO SISTEMAS DE CUIDADOS PARENTAIS.



Contato corporal



Contato Face-a-face



Cuidados básicos



Estimulação corporal



Estimulação por objeto